

Jornal da

unesp

Universidade Estadual Paulista
Agosto/88
Ano IV — nº 29



Há salvação?

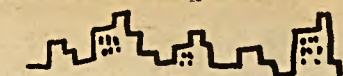
Págs. 4, 5 e 6

PASSANDO A LIMPO

Pelicano



Constituinte aumenta verba para educação



E O PRESIDENTE FALOU QUE O PAÍS VAI FICAR INGOVERNÁVEL!



Pelicano

unesp

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

Reitoria: Praça da Sé, 108 — Cep 01001 — São Paulo, SP

Campus Universitários: Araçatuba, Araraquara, Assis, Botucatu, Franca, Guaratinguetá, Ilha Solteira, Jaboticabal, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro, São José dos Campos, São José do Rio Preto e São Paulo.

Outra Unidade: Instituto de Física Teórica (São Paulo)

Autarquia vinculada: Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" (Faculdade de Tecnologia — FATEC — de Americana, Baixada Santista, São Paulo e Sorocaba).

CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Reitor: Jorge Nagle

Vice-Reitor: Paulo Milton Barbosa Landim

Diretores das Unidades Universitárias: Acyr Lima de Castro, Antenor Araújo, Antonio Christofletti, Antonio Espada Filho, Antonio Quelce Salgado, Carminda da Cruz Landim, Fernando Mesquita Lara, Irineu de Moura, Jayme Wanderley Gasparoto, Jogi Ariki, José Ribeiro Júnior, Lourival Larini, Marcos Alegre, Neivo Luis Zorzetto, Nelson Múrcia, Nilo Odália, Ricardo Antonio Arruda Veiga, Tatsuko Sakima, Waldemar Saffioti, Waldir Gandolfi e William Saad Hossne.

Representantes Docentes: Almir Lima de Castro, Elcio Marcantonio, Jehud Bortolozzi, Manoel Dias Martins e Roberto Ribello Bazilli (titulares); Antonio Carlos Busoli, Erler Schall Amorim, Gildo Matheus, Márcio Rubens Graf Kuchembuck e Tereza Correa Cariola (adjuntos); Carlos Erivany Fantinati,

Gerson Munhoz dos Santos, José Perozim, Luis Antonio Toledo e Manoel Victor Franco Lemos (assistentes doutores); Dib Gebara, Fernando Dagnoni Prado, Márcio Antonio Teixeira, Reynuncio Napoleão de Lima e Sérgio Amâncio Cruz (assistentes); Alfredo Alcântara Barreto, Antonino Kimaid, Arlêta Nogueira Zelante Maryssael de Campos, Carlos Augusto Moraes e Araújo e Ronele Maria de Souza Pina (auxiliares de ensino).

Representantes técnico-administrativos: Ailton Camplesi, Alberto Ney Fleitas Simas, Benedito Carlos Piveta, Djalma Cordeiro da Silva, Edevaldo Donizete dos Santos, Francisco Inácio Pinheiro, José Firmiano Pereira da Silva, Luiz Gonçalves Rodrigues, Reinaldo Teixeira de Oliveira, Sérgio Grosso e Waldemar Pessoa da Cruz.

CEETPS: Oduvaldo Vendrameto

FAESP: José João Auad Júnior

FIESP: Horácio Lafer Piva

FCESP: Abram Szajmam

Este jornal, órgão da Reitoria da UNESP, é elaborado pela Assessoria de Comunicação e Cultura. Endereço: Praça da Sé, 108, 4.º andar (CEP 01001), São Paulo, SP. Telefones: 32-7755 e 32-7757.

Edição: José Roberto Ferreira (MT 17.039)

Redação: Adriana Machado, Denise Pellegrini Montes e Katia Saisi

Arte: Celso Pupo

Colaborou nesta edição: Neuza Lemela

Produção: Sérgio Lopes

Tiragem: 19.000 exemplares

Composição, Fotolito e Impressão: Cia. Editora Joruês

A reprodução de artigos, reportagens ou notícias, é permitida, desde que citada a fonte.



Departamentos, Estatuto e Regimento Geral

À custa de repetir tantas vezes, e durante tanto tempo, que o departamento constitui a menor unidade da universidade para efeitos do ensino, da pesquisa e da prestação de serviços à comunidade, parece que não nos demos conta, inteiramente, do que estamos continuamente reafirmando. Continuamos a não dar conta do que reafirmamos quando associamos ao departamento a noção de unidade básica da estrutura universitária; curiosamente, e além disso, parece que nada acrescentamos quando atribuímos aos departamentos as características de unidade fundamental da universidade, uma vez que é neles que se realiza a triplíce função de ensinar, pesquisar e prestar serviços.

O que de fato está acontecendo?

É verdade que a reforma universitária de 1968 introduziu bruscamente na universidade brasileira a estrutura departamental em substituição ao regime de cátedras. É verdade, também, que o sistema departamental não eliminou certos vícios do regime anterior e, o que é pior, acrescentou outros defeitos. Finalmente, é verdade que não temos dado a devida importância aos departamentos; assistimos, sem qualquer demonstração de pudor, a sua autodestruição (acadêmica) ao vê-lo transformar-se em órgão quase que puramente burocrático.

É ainda curioso observar que, ao lado disso tudo, não se fala muito em departamento. Fala-se um pouco sobre os colegiados das unidades universitárias, Câmaras de Graduação e de Pós-Graduação, particularmente da Congregação. Fala-se um pouco mais dos colegiados centrais da Universidade, Câmaras Centrais de Graduação e de Pós-Graduação, Comissão Permanente de Regimes de Trabalho, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão de Serviços à Comunidade, especialmente Conselho Universitário além, é claro, de alguns órgãos que, na administração central, exercem funções de assessoria como, por exemplo, o que trata dos assuntos orçamentários.

Não podemos deixar de ressaltar que, nesse quadro geral, os departamentos ocupam um humilde lugar nos estatutos e regimentos das universidades. Humilde, num duplo sentido: de um lado, só aparece bem tardiamente em tais textos legais; de outro lado, as normas que lhes correspondem pertencem mais à ordem administrativo-burocrática que à ordem acadêmica. Com efeito, estatutos e regimentos gerais das universidades mantêm a tradição de só estabelecerem as normas para os departamentos depois — bem depois — de especificarem um grande número de títulos e capítulos sobre os mais diversos assuntos e aspectos. Interessante notar, além disso, que o tipo das normas relativas aos departamentos não difere muito do padrão das normas que já vinham sendo adotadas anteriormente, para os outros órgãos e casos; em outras palavras, permanece aqui como acolá a mesma preocupação com



as questões de natureza basicamente administrativa.

Aliás, se o retrato da universidade for feito a partir do Estatuto ou Regimento Geral verificar-se-á que muito pouco foi reservado à dimensão propriamente acadêmica, no sentido de que quase nada existe sobre o fazer acadêmico, enquanto que muita coisa existe sobre a "administração" acadêmica; de qualquer modo, o que realmente predomina nesses textos são as normas administrativas em geral. Tudo leva a crer — evidentemente, com algum exagero — que a construção legal básica da universidade continua mantendo certas características da legislação dos tempos coloniais, para não dizer também dos tempos republicanos se, neste caso, recordarmos o nascimento da universidade pública brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro, em 1920: "A União, por decreto criou a Universidade do Rio de Janeiro, isto é, deu este nome a uma lei que modificou o ensino federal, criou alguns cargos novos, mexeu na organização burocrática e administrativa das escolas e julgou ter resolvido o problema universitário" (resposta de Artur Neiva ao inquérito de 1926, promovido por O Estado de São Paulo, sob o título de "A educação pública em São Paulo").

E, então, como é que ficamos?

Fica a impressão de que ao se considerar o departamento como a "menor" unidade da estrutura universitária, associou-se ao departamento, consciente ou inconscientemente, uma importância ou significado também menor; talvez, por isso os traços marcantes do departamento tenham sido

desconsiderados. Impressões de lado, não podemos negar que o departamento, a menor unidade da estrutura da universidade, é, ao mesmo tempo, a sua unidade básica e fundamental. Enquanto órgão da vida universitária, reúne o pessoal responsável pelo ensino e pela pesquisa — e, também, pela prestação de serviços —, as duas funções sem as quais a universidade deixa de ser universidade. Por esse motivo, todos os outros órgãos, unidades e serviços, por mais necessários que sejam para este ou aquele objetivo — e há muitos que não são necessários — não chegam a ter a importância fundamental dos departamentos. Isso vale, por exemplo, quando se considera a Congregação (órgão máximo da unidade universitária) ou a Câmara Central de Pós-Graduação ou quando se considera até mesmo o Conselho Universitário (órgão máximo da universidade). E vale, pela simples e boa razão de que tais órgãos não efetivam o ensino nem realizam pesquisa, embora possam criar condições ou regras estimuladoras de um e de outra (às vezes, curiosamente, podem até colocar obstáculos para o desenvolvimento dos cursos — ensino — e para a promoção da investigação...).

Se é assim que a questão se propõe, por que não pensar mais seriamente sobre os departamentos para que estes encontrem as condições mais favoráveis para processarem o ensino e a pesquisa, que constituem as duas maiores tarefas acadêmicas da organização universitária?

Assim, é preciso prestigiar ao máximo os departamentos, as suas lideranças acadêmicas, bem como os meios e

instrumentos que facilitem o exercício pleno das atividades-fins; ficar discutindo, além de determinado limite, outras questões de interesse dos departamentos poderá significar desfocamento do problema central. Assim, é também preciso iniciar a discussão do Estatuto e do Regimento Geral da Universidade justamente pela discussão sobre os departamentos; caso contrário, seria o mesmo que repetir a história de iniciar pela cobertura e não pelo alicerce a construção da casa. E o que pensar sobre a seguinte sugestão: por que logo no início dos estatutos e dos regimentos gerais das universidades não aparece a configuração desse órgão básico e fundamental, que é o departamento? Por que não só em seguida e de acordo com a proposta departamental fazer aparecer os demais órgãos, quer os das unidades universitárias, quer os da administração central? Enfim, por que não proceder a uma inversão nos estatutos e regimentos gerais de modo que contemplem, primeiramente, os departamentos e só no final os órgãos centrais, incluindo a Reitoria?

Conclusão: de nossa parte, é tarefa urgente prestigiar ao máximo o departamento, essa "menor fração da estrutura universitária para todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de distribuição de pessoal, e (que) compreenderá disciplinas afins", conforme preceitua a Lei Federal n.º 5.540/68. Prestigiar significa, em síntese, fornecer aos departamentos infra-estrutura de apoio, aumentar o poder de decisão das lideranças acadêmicas, incluindo apoio financeiro — orçamento próprio? — aos projetos e programas que pretendem desenvolver.

Universidade, Ecologia e Constituição



O cartum que ilustra a capa desta edição foi reconhecido com o Prêmio Especial do Salão de Humor de Berlim, em 1975. Seu autor, Geandré, faz do cartunismo um contundente instrumento de defesa do meio ambiente.

Aprovado o capítulo sobre meio ambiente da nova Constituição brasileira, surgem as questões: somente a lei é suficiente para impedir a degradação da natureza? Se existe a necessidade de uma conscientização sobre o assunto através da educação da sociedade, caberá à universidade fornecer subsídios científicos. Mas ela está preparada? Como o único curso superior de Ecologia do país funciona no campus de Rio Claro, o **Jornal da UNESP** foi ouvir professores do Departamento de Ecologia do Instituto de Biociências, que mantém o curso.

A universidade e o seu papel na preservação do meio ambiente e a formação de profissionais que vão trabalhar no setor foram os temas discutidos com Maria José Campos, professora de Ecologia Animal; Maria Inez Pagani, professora de Ecologia Vegetal e Parques de Reserva; Leila Cunha de Moura, professora de Ecologia Vegetal e Conservação

de Recursos Naturais; Fávio Henrique Mingante Schlittler, professor de Ecossistemas Terrestres e Conservação dos Recursos Materiais; Sâmia Maria Tauk, professora de Biologia dos Solos; Dércio Simões, professor de Ecologia e Nivar Gobbi, chefe do Departamento e professor de Ecologia Geral e Animal.

Para esses professores, o ecólogo é quem coordenará os estudos multidisciplinares para o estabelecimento de uma metodologia de trabalho, exatamente porque é o único profissional que possui uma visão geral de ecossistema. Mas, eles reiteraram a necessidade de introduzir a matéria ecologia nos currículos de todos os cursos universitários como a melhor forma de mudar gradativamente a visão dos outros profissionais que lidam com a natureza.

O **Jornal da UNESP** ouviu ainda o deputado estadual peemedebista Walter Lazzarini, presidente da Co-

missão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa de São Paulo, ambientalista que há muitos anos vem trabalhando em prol da preservação dos recursos naturais. Ele também acredita na mudança dos currículos universitários como forma de educar a população e revela: o currículo dos cursos de Agronomia já conta com matérias ambientais, mudança efetuada quando era presidente da Federação dos Engenheiros Agrônomos.

Para fechar o assunto sobre o meio ambiente, o **Jornal da UNESP** entrevistou o jurista Paulo Affonso Leme Machado, professor da UNESP e um dos colaboradores na luta pela implantação do capítulo sobre o meio ambiente na Constituição Federal. Reconhecido internacionalmente como importante especialista do Direito Ambiental, o professor falou sobre o trabalho feito pelo grupo que elaborou o texto e suas conquistas.

Capítulo sobre meio ambiente é pioneiro no mundo

O capítulo referente ao meio ambiente que consta da nova Carta, não é dos mais avançados, mas é pioneiro no mundo em constar da Constituição de um país. Elogiado por alguns, criticado por muitos, ele representa o coroamento dos esforços de um pequeno grupo de cientistas interessados na preservação da natureza brasileira. A partir de uma equipe de trabalho formada pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em São Paulo, um ano antes da instalação da Constituinte Nacional, começou um intenso movimento de discussões e debates sobre o assunto com representantes de sociedades ambientalistas de todo o país.

A comissão da SBPC que coordenou esses estudos — composta pelo liminologista da USP, professor José Galisi Tundisi; o professor de anatomia da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, Ângelo Machado; o geógrafo da USP, professor Azir Ab Saber e o jurista e professor de Direito Ambiental da UNESP, Paulo Affonso Leme Machado — atuou em duas frentes: inicialmente realizando simpósios nas principais capitais brasileiras, o primeiro a 29 de maio de 85, em Recife, culminando com o de Brasília, ao final daquele ano, quando foi elaborado o texto final. Depois, uma vez instalada a Constituinte, com a formação da Frente Parlamentar Verde, quando contou com a colaboração de vários deputados federais, incluindo os paulistas Fábio Feldman — que juntamente com o jurista Paulo Affonso é membro da Sociedade Brasileira de Direito Ambiental — Antonio Carlos Mendes Thame, professor da USP em Piracicaba, Eduardo Jorge, médico sanitário, Plínio de Arruda Sampaio e Geraldo Alckmim — todos integrantes da subcomissão de Saúde, Seguridade e Meio Ambiente do Congresso Nacional.

Cada um dos artigos e parágrafos aprovados — embora criticados como excessivamente genéricos — atende ao objetivo fundamental da lei que é fornecer instrumentos para a manutenção da natureza como meio saudável para vida, segundo explicou o jurista Paulo Affonso. Como um especialista reconhecido internacionalmente em direito ambiental, o professor garante que o capítulo do

O texto sobre o meio ambiente na nova Constituição

Art. 228. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público o dever de defendê-lo e à coletividade o de preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

1 Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I — preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II — preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III — definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e supressão permitida somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justificam sua proteção;

IV — exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V — controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI — promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII — proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade.

2 Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

3 As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, às sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

4 A Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-grossense e a Zona Costeira são Patrimônio Nacional e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do seu meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

5 São indispensáveis as devolutas ou arrecadadas pelos Estados por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

6 As usinas que operam com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

meio ambiente cumpre perfeitamente as funções antecipatória e preventiva do Direito. Resta agora, a terceira parte dos trabalhos, a elaboração das leis complementares que assegurarão a aplicação da nova Constituição.

O jurista destacou alguns pontos importantes do capítulo, como o item 3, que estabelece a necessidade de uma lei para mudar a destinação das áreas protegidas. É uma maneira de passar ao Congresso Nacional a responsabilidade de fiscalizar a proteção das reservas naturais e dos patrimônios ambientais. “Isso evitará, por exemplo, que ocorram fatos como o da construção da hidrelétrica de Itaipu, quando todo o parque das cachoeiras das Sete Quedas foi eliminado, por meio de decreto da presidência da República, sob a

alegação de existir um interesse mais importante, mas que não passou pelo crivo da sociedade brasileira”. Fundamental também para a ecologia nacional, segundo o professor da UNESP, foi o estabelecimento da obrigatoriedade do estudo de impacto ambiental público, prévio à instalação e à autorização para funcionamento de indústrias poluentes, como especifica o item 4 do mesmo capítulo.

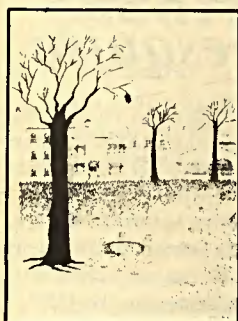
Uma novidade em direito criminal, introduzida pelo parágrafo 3º: a pessoa jurídica como sujeito do crime, o que implicará em modificações no Código Penal brasileiro. Esse parágrafo responsabiliza a conduta dos poluidores penalmente, tanto a pessoa física como a jurídica, quer dizer, as empresas tam-

bém poderão se tornar réus nos processos penais. O parágrafo 6º vem definir a competência do Congresso Nacional no que se refere à instalação de usinas nucleares. Em capítulos anteriores da nova Constituição, consta apenas a intenção de o Congresso “aprovar” a localização dessas usinas, o que, para o jurista, seria uma medida incompleta e, portanto, ineficaz. Com o parágrafo inserido, não acontecerá mais casos de construção de usinas nucleares sem que ninguém saiba, como a de Aramar, em Iperó. Ali, os militares instalaram secretamente uma usina de beneficiamento de urânio. Conseguiram, dessa forma, burlar a Lei 6.803, cujo artigo 10, parágrafos 2º e 3º, obriga a realização de estudos de impacto ambiental prévios para obras dessa natureza.

Mas, a ecologia brasileira tem outros dispositivos a seu favor ao longo da nova Constituição. No capítulo das garantias individuais, a ação popular — um direito tradicional em todas as constituições brasileiras — passa a ter como um de seus objetivos a proteção do meio ambiente e do patrimônio histórico. No capítulo dos bens públicos, ampliou-se sua definição para evitar a privatização dos bens de uso comum, como as praias, as cavidades naturais subterrâneas e o terreno de Marinha. No título da Ordem Econômica, sobre a propriedade, os dispositivos que definem como uma das funções sociais da propriedade urbana o respeito pelo meio ambiente e da propriedade rural a conservação da natureza também fazem parte do conjunto de proteção ao meio ambiente estabelecido na Constituição.

Para o deputado estadual Walter Lazzarini, presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa paulista, é de fundamental importância também para a ecologia o item 6 do capítulo sobre meio ambiente: ele determina a inclusão da disciplina ecologia em todos os níveis de ensino. O deputado acredita que isso põe fim a uma longa e estéril discussão entre ambientalistas sobre a importância da fiscalização versus educação. Outro ponto importante desse item é a conscientização pública para a preservação do meio ambiente como incumbência do poder público, salienta o deputado.

Professores da área querem disciplina mais difundida



Na luta pela preservação do meio ambiente que envolve segmentos dos mais variados da sociedade, uma das forças está representada pela universidade. Além de uma preocupação pela mudança dos currículos — os professores do Departamento de Ecologia do Instituto de Biociências da UNESP pregam o ensino da ecologia em todos os cursos universitários — é dos bancos do curso de Ecologia — único no país — que sairão os técnicos para pesquisar os métodos de respeito à natureza. São os estudos de impacto ambiental, regulamentado pela nova Constituição e que devem preceder a instalação de qualquer atividade poluidora. Ao mesmo tempo, as empresas e organismos públicos começam a abrir vagas específicas para ecólogos.

A necessidade do ensino de ecologia em todos os cursos de nível universitário, esclarecem os professores da UNESP, contribuiria para mudar a visão essencialmente produtiva e industrial de algumas profissões que lidam diretamente com o meio ambiente, como a engenharia, agronomia e zootecnia. Eles acreditam que é preciso mudar as técnicas ensinadas em outros cursos, com caráter predatório, aplicadas com o único objetivo de conseguir rapidamente o aumento da produtividade. A professora Sâmia Maria Tauk explica que apesar do horror que esses profissionais têm ao “ecólogo do não” — aquele que vive negando quaisquer pedidos de instalação industrial como única forma de preservar a natureza — sua visão começa a mudar: na preocupação de continuar



Professores Sâmia Maria Tauk e Flávio Henrique Schillitter

produzindo para atender a demanda provocada pela expansão demográfica, se busca agora a linha de produção menos violenta ao meio ambiente. É o eco-desenvolvimento que começa a tomar corpo, diz Nivar Gobbi, chefe do Departamento de Ecologia: “Já se pensa no desenvolvimento de uma região através da exploração de seus recursos, mas com a preocupação de preservá-los para que não acabem de vez.”

Para o deputado estadual Walter Lazzarini, é importante que a Universidade se preocupe com as lutas de preservação da natureza. O movimento ambientalista, de certo modo, diz o deputado, sempre sentiu muito a falta de informações técnico-científicas. Quando surgiu, há quinze anos, expressava muito mais uma sensibilidade sobre a degradação do meio ambiente, suficiente na época para dar o alerta à sociedade. “Hoje, é fundamental que a gente tenha, ao lado da denúncia sobre degradação do meio ambiente, a explicação sobre o que está ocorrendo e qual a consequência, sob os pontos de vista social, econômico e político. Para isso, é preciso o embasamento científico”, disse. Ele salientou então a



Lilo Careto

importância do curso de Ecologia para a atualidade, formando profissionais com profundo conhecimento na questão da preservação do meio ambiente.

Por outro lado, continua Lazzarini, é necessário que os ecólogos estreitem mais os laços com os ecologistas, para que não haja uma separação: de um lado, cientistas com conhecimentos específicos, mas sem experiências na militância política; de outro, militantes que protestam e se manifestam, porém, sem embasamento científico. “É fundamental que ao lado do conhecimento científico haja um relacionamento político para que dois segmentos fundamentais, voltados para a mesma causa de proteger a natureza, não fiquem divorciados.”

A questão política foi colocada também como entrave à preservação ambiental, pelo professor e jurista Paulo Affonso Leme Machado. “Em nenhum país do mundo o meio ambiente é respeitado continuamente e existe sempre uma situação de confronto entre o interesse econômico e a necessidade de preservar os recursos naturais.” Ele citou a Polônia como exemplo, país que tem problemas sérios de poluição atmosférica, por-

que seus centros industriais estão próximos aos grandes centros urbanos.

A professora Leila Cunha de Moura acredita que a proposta da ecologia sempre será sacrificada, porque vai de encontro aos objetivos econômicos e políticos do Brasil. Mas, reconhecem todos os professores, a atuação da universidade junto à sociedade contribuirá para mudar a situação atual. Seja por meio dos estudos de impacto ou por atuações mais diretas: a criação do Centro de Estudos Ambientais, uma proposta que nasceu no Departamento de Ecologia da UNESP, vai promover a integração dos pesquisadores nas questões ambientais. Um dos objetivos apresentados pelo Centro é a formação de equipes para trabalhar na elaboração dos RIMAs — Relatórios de Impacto de Meio Ambiente. Esses relatórios ainda não têm nenhuma norma definida para sua elaboração, apesar dos estudos de impacto terem sido regulamentados há dois anos e estruturados para serem realizados por equipes multidisciplinares de técnicos, por resolução do CONAMA — Conselho Nacional do Meio Ambiente — órgão do Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, desde que esses técnicos sejam registrados no Cadastro Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental da SEMA (Secretaria Especial do Meio Ambiente).

A esse respeito a UNESP já firmou convênio com a Cetesb para um trabalho integrado. A Embrapa — Empresa Brasileira de Pesquisa Agromineral — já manifestou interesse em participar também. E a militância política poderá ficar para a recém-fundada Sociedade de Ecologia do Brasil, em Rio Claro, formada por integrantes do Departamento de Ecologia e outros departamentos da UNESP, professores da USP e da Universidade Federal de Minas Gerais.

Profissão deve ser considerada fundamental para o país

Em Rio Claro, no campus da UNESP, junto ao Instituto de Biociências, funciona o único curso de graduação em Ecologia do país. Dali, após quatro anos e mais de três mil horas de aula, o aluno sai formado como bacharel em Ecologia — ou ecólogo, como preferem os professores. Eles esclarecem que o ecólogo difere fundamentalmente do ecologista — este é apenas um amante da política de proteção do meio ambiente, enquanto aquele dispõe de toda uma base científica. Um exemplo é a obrigatoriedade do aluno desenvolver uma monografia ao final do curso, quando escolhe um tema de sua preferência na área de ecologia e sobre o qual realiza pesquisas científicas — já um trabalho de especialização sobre o assunto.

Da primeira turma, de 1979, saíram 31 ecólogos; da segunda, menos, até que ficou estabelecido em 20 o número de vagas do curso. Como existe uma porcentagem de desistências, são formados, anualmente, cerca de dez ecólogos, que vão enfrentar um mercado de trabalho disputado também por biólogos, agrônomos, geógrafos, engenheiros florestais, entre outros. No entanto, a equipe de professores acredita muito na qualidade do curso e na formação do profissional que sai da universidade com uma visão integrada do sistema biológico dentro do ecossistema terrestre. O secre-

tário Especial do Meio Ambiente, na época de implantação do curso, Paulo Nogueira Neto, deu apoio integral, dizendo que o ecólogo era um profissional fundamental para o futuro do país.

O que aprende o aluno do curso de Ecologia para ser encarado de modo tão fundamental para a preservação da natureza? Nivar Gobbi, chefe do Departamento de Ecologia do Instituto de Biociências, explica que se o interessado entra “com idéia sonhadora, pensando que vai ficar discutindo a respeito da extinção dos passarinhos, provavelmente desistirá”. É que, além das 18 disciplinas básicas, o curso é complementado com matérias científicas mais áridas como a física, química ou a matemática.

O curso de Ecologia baseia-se em cinco áreas de concentração de disciplinas: em Ambiente Físico são ministradas mais de 500 horas de física, química, geologia, pedologia, climatologia (dinâmica e meteorologia), geomorfologia, hidrologia; em Quantificação e Análise, são cerca de 330 horas de matemática (álgebra e cálculo), computação, bioestatística e modelos quantitativos em ecologia; a Base Biológica, com 600 horas, fica por conta da taxonomia vegetal, zoologia, fisiologia animal, morfologia e fisiologia vegetal, bioquímica e microbiologia; as Bases Ecológicas, com mais de 600 horas, têm as variedades: ecologia vegetal e animal, ecologia de mi-

croorganismos, ecologia das populações, genética ecológica, ecossistemas aquáticos, ecossistemas terrestres, teoria ecológica, comunidades paleológicas; a área de Ecologia e Sociedade é estudada durante mais de 500 horas, em epidemiologia ambiental, ecologia humana e economia, conservação dos recursos naturais (política e legislação), poluição (toxicologia), ecossistemas urbanos, além de educação física e estudo dos problemas brasileiros — disciplinas obrigatórias em todos os cursos de graduação. Cartografia, topografia e fotointerpretação eram disciplinas autônomas, mas agora farão parte dos estudos em outras matérias fins.

Embora considerado um sucesso pelos docentes da UNESP de Rio Claro e por alguns ecólogos, continua, entretanto, como o único curso de Ecologia do país. A explicação? Está intimamente relacionada com o ainda estreito mercado de trabalho. As professoras Maria Inez Pagani e Leila Cunha de Moura acreditam que na disputa por empregos vence a competência e, inegavelmente, os ecólogos estão melhor preparados. Alguns organismos oficiais já começam a dar preferência em contratar ecólogos: é o caso da Cetesb, que conta com três desses profissionais, e a Cosipa, com sérios problemas de poluição ambiental. E algumas Secretarias do Meio Ambiente passaram a abrir vagas para ecólogos.

Nivar Gobbi tem outra explicação para a não proliferação dos cursos de Ecologia no país: mesmo não existindo qualquer proibição formal, o Conselho Federal de Educação não permite a instalação de outros cursos como o da UNESP. A alegação é que um ecólogo, pela importância de seu trabalho, deveria ser um profissional formado em nível de pós-graduação. Devido a responsabilidade de sua atuação, acredita o CFE que somente a experiência efetiva em pesquisa daria a necessária base científica para o ecólogo.

O professor argumenta que tudo não passa de pressão feita por entidades que congregam profissionais que trabalham na mesma área e que já contam com a profissão regulamentada. Mero corporativismo, acusa Flávio Henrique Schillitter, pois o ecólogo é o único profissional que já sai da escola com uma visão global do ecossistema.

Todos, porém, são enfáticos quando afirmam que mesmo que não encontre uma vaga para trabalhar junto à área, para a qual foi preparado, a preservação do meio ambiente, o ecólogo tem uma função: pela visão ambientalista que possui e pela base científica que adquiriu durante os estudos, vai contribuir para conscientizar a população e mudar a atual visão imediatista da sociedade, em qualquer atividade que exercer.

Depois será a vez da constituinte estadual *SBPC quer saber quanto é gasto com a pesquisa*



Após a promulgação da nova Constituição Federal serão instaladas as Constituintes Estaduais. As Assembleias Legislativas passarão a ter a incumbência de elaborar uma nova constituição estadual seguindo os parâmetros definidos na Carta federal, dentre os quais os capítulos relacionados com a questão da preservação da natureza.

A Assembleia paulista, através da Comissão do Meio Ambiente, já começa a preparar uma série de debates, inicialmente com juristas, para ter a noção exata da competência que a nova Constituição atribuirá aos constituintes estaduais. As reuniões serão abertas, com a participação não apenas dos parlamentares, mas de ambientalistas, ecólogos, jornalistas, representantes das entidades de proteção ambiental e de quem mais se interessar. "Será decisivo estabelecer normas de preservação ao meio ambiente que possam permitir à sociedade exigir a adequação do próprio Estado, pois muitas vezes ele representa um grande destruidor da natureza, juntamente com o poder econômico", defende o deputado Walter Lazzarini.

O jurista Paulo Affonso Leme Machado concorda, mas vai um pouco além: a idéia é dar garantias ao próprio órgão estatal paulista de preservação do meio ambiente — a Companhia Estadual de Saneamento Básico (Cetesb) — para agir contra empresas particulares poluidoras e até mesmo contra o Poder Executivo, se for preciso. "A grande esperança dos ambientalistas da presença do aparelho público na defesa da natureza,



O deputado Walter Lazzarini

za, quando da instalação dos vários organismos controladores da poluição, tanto em nível federal quanto estadual, ainda não se concretizou", lamenta. Para ele, a política continua travando as decisões de caráter ambiental, porque o pessoal desse setor não é contratado através de concurso público e portanto não conta com a indispensável estabilidade. "A defesa da nossa saúde ambiental, é gerida por pessoas que não têm garantia do emprego, ao contrário do que ocorre nos organismos oficiais de outros países". No Brasil, a estrutura jurídica desses órgãos impede o seu pleno funcionamento. E como a política do meio ambiente foi estabelecida para ser de competência estadual, a mudança deve começar em São Paulo, dentro da Cetesb, uma das empresas com melhor base científica para operar na área de controle da destruição da natureza, segundo a opinião do jurista e professor da UNESP.

Ele acredita que a Constituinte Estadual pode votar também normas mais claras para a defesa das unidades de conservação da natureza, como os parques estaduais, as reservas biológicas, as esta-

ções ecológicas, proibindo categoricamente qualquer exploração dos seus recursos naturais. "Isso impediria exploração do tipo da que vem ocorrendo no Parque Florestal de Campos do Jordão, com a venda indiscriminada do pinus. Além disso, é preciso valorizar o Conselho Estadual do Meio Ambiente, organismo que deverá ter uma atuação efetiva no estabelecimento da política ambiental em São Paulo", acrescenta.

O jurista quer que o Estado de São Paulo seja pioneiro na criação de sistema de gestão integrada das bacias hidrográficas: todo o planejamento de utilização dos rios deve ser decidido pelas municipalidades que compõem as bacias. Assim, a instalação de indústrias na nascente de um rio será analisada pelos municípios situados ao longo do seu leito.

A discussão sobre o gerenciamento dos recursos hídricos, segundo o deputado Lazzarini, faz parte da pauta da Assembleia Legislativa. Atualmente, discute-se a Lei Complementar 262, que regulamentará as edificações nas áreas de proteção dos mananciais. E nesse ponto o deputado adverte sobre a inutilidade da discussão sobre fiscalização versus educação: a lei de proteção aos mananciais, de 1975, é extremamente avançada, disse, mas tem sido violentada nos últimos anos. "Provavelmente, a falta de fiscalização tenha permitido a ocupação desordenada da região dos mananciais das represas de Guarapiranga e Billings, que abastecem boa parte da rede de água dos municípios da Grande São Paulo." No entanto, para ele, o fato é mais uma consequência da desinformação e falta de respeito à natureza por parte de loteadores, que contribuíram para a destruição de 150 quilômetros quadrados de reserva florestal junto àquelas represas.

Professor assegura conquistas com Direito Ambiental

Quando se comenta sobre a destruição que o meio ambiente brasileiro vem sofrendo — "são 130 milhões de predadores agindo", acusa o deputado Walter Lazzarini, — talvez se desconheça um fato importante: um dos mais significativos prêmios do mundo, o do Conselho Internacional de Direito Ambiental, com sede em Bonn, República Federativa da Alemanha, foi concedido a um brasileiro, o jurista Paulo Affonso Leme Machado, de Piracicaba.

Ele é professor, em regime de tempo parcial, de Direito Ambiental do Instituto de Biociências da UNESP, em Rio Claro, promotor público do 1º Tribunal do Júri em São Paulo, presidente e fundador da Sociedade Brasileira de Direito Ambiental, com sede em Piracicaba, e recebeu o prêmio internacional "Elizabeth Haub" como reconhecimento aos seus trabalhos e às obras publicadas sobre direito ambiental no Brasil e no mundo. Esses trabalhos, na maioria das vezes, aparecem em forma de denúncias, como a que fez durante a cerimônia de fundação da Sociedade de Ecologia do Brasil, em Rio Claro, em junho passado: na presença de várias autoridades, ele acusou o poder público do não cumprimento do artigo 10, parágrafo 1º da Lei 6.938, que obriga a publicação na grande imprensa de todos os pedidos de licenciamento ambiental e a concessão dessas licenças. "É preciso que a população tome conhecimento da instalação das indústrias poluidoras para que possa agir a tempo", argumenta.

Também tem forma de denúncia o extenso



Professor Paulo Affonso Leme Machado

artigo que publicou no jornal "O Estado de S. Paulo" — edição de 31 de julho de 88, página 46 — "Proteção das praças e dos espaços livres". É o resultado de três meses de pesquisas e estudos sobre as praças públicas, para servir de base à sentença do juiz de um processo de ação civil pública contra a Prefeitura de Rio Claro. A administração daquele município utilizou parte de uma praça para construir casas populares. Mas, em sua explanação, o professor Paulo Affonso explica ser a praça um espaço livre, de convivência democrática e a sua utilização pelo Poder Executivo para outras finalidades não passa de uma maneira sutil de acabar gradativamente com os locais para reuniões populares.

Ele acaba de publicar, na França, trabalho de legislação que dispõe sobre resíduos perigosos e resíduos nucleares, realizado com mais oito especialistas em Direito Ambiental

do mundo todo. Sobre o mesmo assunto, a Sociedade Brasileira de Direito Ambiental vai promover, em julho de 89, um simpósio internacional em São Paulo, com apoio da UNESP e do CNPq. O jurista explica que no Brasil ainda não existe qualquer legislação regulamentando onde e como guardar o lixo perigoso, incluindo o lixo hospitalar e os resíduos nucleares. "Durante os acontecimentos de Goiânia, ano passado, com a manipulação descuidada do césio, ficou patente a primariedade do país em lidar com material radioativo". Porém, ele é o primeiro a reconhecer a evolução do direito ambiental no Brasil e suas várias conquistas. Uma delas é a ação civil pública que permite ao promotor público processar o poluidor e o agressor da natureza e sobre a qual tem livro publicado. Outra conquista foi a emenda, de sua autoria, que modificou o artigo 7º da Resolução I de 1986, do Conama — Conselho Nacional do Meio Ambiente, órgão ligado ao Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente. A emenda estruturou os estudos de impacto ambiental.

O professor Paulo Affonso já deu cursos sobre direito ambiental em todas as partes do mundo, desde vários países da Europa, África e América do Sul, passando pelos Estados Unidos e países socialistas. Mas, afirma que desde 1980, quando passou a dar aulas no curso de Ecologia da UNESP, sempre realiza debates com os alunos sobre seus projetos ambientais, antes de levá-los às discussões dos grandes fóruns.

A partir daí, e aproveitando o momento da discussão do orçamento para 89 e a disposição do Congresso Nacional em assumir os debates e a responsabilidade da elaboração orçamentária, os grupos de trabalho da SBPC poderão dar uma contribuição efetiva ao Legislativo brasileiro que, com base nos dados levantados, poderá elaborar um orçamento adequado. "O Congresso vem solicitando a cada universidade sua proposta de orçamento com dados quantitativos sobre despesas, número de alunos graduados e o de professores, a partir dos quais se pode diagnosticar as falhas e tentar corrigi-las", explicou o professor José Albertino. Para ele, o momento é o ideal para solucionar a crise conjuntural pela qual a universidade brasileira vem passando e que se reflete na carência de recursos humanos e materiais para realização de experiências e pesquisas.

Gradativamente vem decaindo os recursos financeiros destinados a projetos de pesquisas fundamentais para o desenvolvimento técnico-científico do país, como formas de energia alternativa, implicações de conflitos ambientais e melhoria da utilização da gasolina — grandes projetos que ameaçam inclusive o futuro da nação se forem paralisados por falta de incentivos. "Leva-se dez anos para montar uma equipe de alto gabarito para estudos e pesquisas desse tipo, e essa equipe pode ser destruída em dez dias, com custos sérios para o desenvolvimento do país, que não podem ser comparados ao 'déficit' orçamentário." A SBPC prepara também um dossiê sobre o assunto para ser entregue ao presidente Sarney, que, segundo o professor Albertino, mostra claramente a atual crise da universidade brasileira como uma decorrência da falta de recursos.

Ensino básico tem poucos recursos na América Latina

Encontrar os caminhos que ajudarão a universidade brasileira a se reerguer. Foi com esse objetivo que a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência programou como tema central de sua 40ª Reunião Anual "Universidade e Produção de Conhecimentos", que teve quatro conferências específicas sobre a questão.

Os cientistas brasileiros Rogério César Cerqueira Leite, da UNICAMP, Luiz Pinquelli Rosa, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e José Goldemberg, da USP, foram, respectivamente, os responsáveis pelas conferências "O Futuro da Universidade Brasileira", "A Diversificação do Ensino Superior" e "A Politização das Universidades Brasileiras". A quarta conferência ficou a cargo do representante da UNESCO, Juan Carlos Tedesco, que falou sobre "A Universidad y Enseñanza Básica".

O fracasso da escola primária e a consequente evasão escolar — 50% das crianças que entram na escola não conseguem terminá-la — vêm contribuindo para aumentar o nível de analfabetismo em toda a América Latina: hoje, já são 45 milhões de analfabetos, dos quais 20 milhões somente no Brasil. E a situação se torna mais grave quando se verifica que o setor da Educação, nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, é o que mais sofre quando há crises de recursos financeiros. Por isso, a advertência do diretor da "Oficina Regional de Educación para América Latina y Caribe", da UNESCO, Juan Carlos Tedesco: a universidade deve também se responsabilizar pelo problema do analfabetismo.

O pedagogo da UNESCO, durante sua palestra, fez mais revelações sobre o ensino básico na América Latina: é atualmente o setor da Educação que menos recebe investimentos oficiais, incentivando sua transferência para a iniciativa privada. No entanto, as pesquisas revelam que nos últimos 8 anos está diminuindo o número de matrículas nas escolas particulares devido à perda do poder aquisitivo da população.

Além disso, nesse momento, está crescendo, na América Latina, o processo de corporativismo, onde os setores que contam com melhor organização conseguem mais recursos para suas áreas. Com isso, os setores marginais vão perdendo, cada vez mais, as condições de serem interlocutoras do Estado.

Assim, explica Juan Carlos Tedesco, entra-se num círculo vicioso: quanto mais organizados os setores, mais conseguem recursos; quanto menor a organização, menor também é a preocupação oficial, fazendo com que, "cada vez mais, as populações ricas tenham educação mais rica e as pobres, educação ainda mais pobre".

O descaso com o ensino básico, nos países da América Latina, chega a tal ponto que, segundo Tedesco, se a situação não for mudada — e aí entra o papel da universidade, salientado por ele durante a conferência — os mestres do século XXI serão recrutados na camada mais baixa da população, em virtude da crescente deterioração econômica da profissão de professor. O problema dos baixos salários, quase geral na América Latina, tem levado gradativamente ao abandono de emprego. E mais: hoje, os estudantes que elegem a carreira do magistério são aqueles que possuem os níveis de menor rendimento escolar e, com isso, ocorre a desmoralização do trabalho dos docentes do ensino básico.

Tedesco lembra também o problema — cuja consequência se faz sentir diretamente no nível do ensino — da falta de autonomia de professores e mesmo de escolas para tomarem decisões, uma vez que estão subordinados a um sistema



Juan Carlos Tedesco

educacional superior, de caráter regional ou nacional. Dessa forma, professores e escolas não se responsabilizam pelo fracasso do ensino básico.

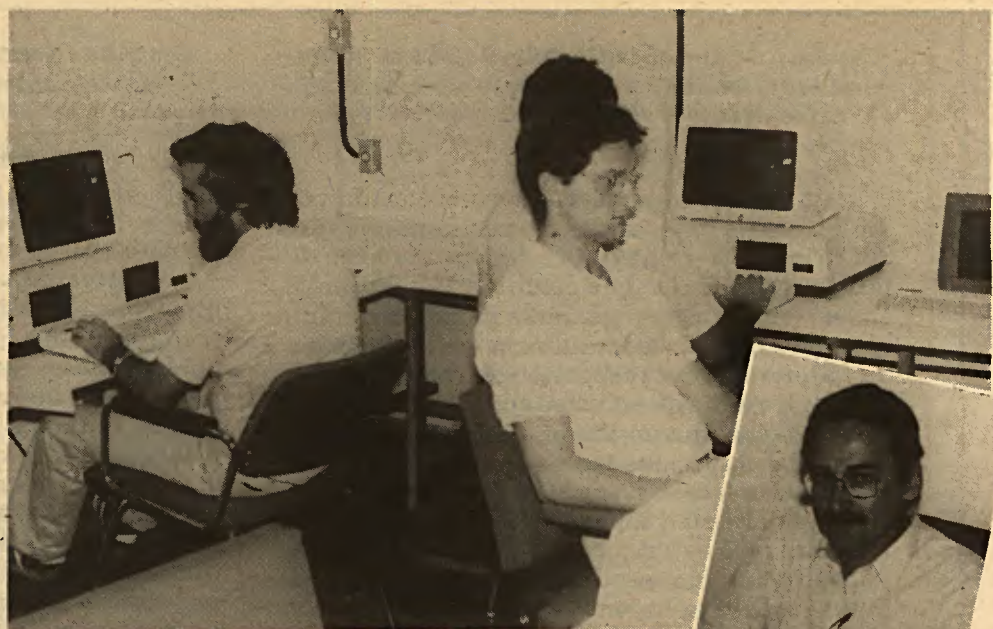
Quais seriam as estratégias possíveis para mudar esse panorama? Tedesco aponta como primeiro ponto a superação dos problemas profissionais do professor, como baixos salários e péssimas condições de trabalho, e a consequente deterioração da profissão. O segundo ponto é investir na formação dos docentes — o que, segundo o representante da UNESCO, é responsabilidade da universidade.

Na maioria dos casos, como Tedesco pôde observar, as condições de trabalho para as quais o professor foi formado acabam sendo muito diferentes da realidade. Como exemplo, ele lembra os métodos para o aprendizado da leitura e da escrita, acessíveis para um tipo de criança de classe média, da zona urbana, com ambiente familiar onde a leitura faz parte do cotidiano e que já vem com uma base mínima de aprendizado da pré-escola.

Como, entretanto, ensinar a ler e a escrever crianças mal alimentadas, com pouco capital lingüístico, de pais analfabetos ou semi e de baixo nível de estímulos culturais? É esse o perfil médio da maioria das crianças em idade escolar, da América Latina, revela Tedesco.

Deve-se, portanto, formar um professor único, rural e urbano para todos os graus, em vários níveis, com ou sem especialização? É melhor uma boa educação pedagógica ou conhecimento científico? Para responder a essas questões, Tedesco propõe que as faculdades de Educação e as escolas normais repensem seus currículos, considerando a necessidade de intensificar a ação alfabetizadora nas regiões mais carentes, junto a grupos escolhidos sob o ponto de vista estratégico, como o de mães, por exemplo.

Para ele, somente assim se conseguirá atingir o objetivo da UNESCO: erradicar o analfabetismo da América Latina até o ano 2.000, universalizar a escolaridade básica e melhorar sua qualidade de ensino.



Silvio Garcia Manoel

No CINAG são desenvolvidos programas que beneficiam diversos setores das ciências agrárias.

No destaque, Flávio Abranches Pinheiro, presidente da Comissão Local de Informática

Agricultura tem um Centro específico de informática

Depois de três anos de existência, o Centro de Informática na Agricultura, órgão da Faculdade de Ciências Agrônômicas do campus de Botucatu da UNESP, responsável pelo desenvolvimento de programas aplicados na agricultura, já tem consolidada a posição de um dos principais centros do gênero do país. Criado em 1985, o CINAG veio contribuir para uma inversão de papéis entre a universidade e a iniciativa privada, pioneira no desenvolvimento e adaptação de softwares aplicados no setor, desde 1980, quando a informática começou a ser mais exigida pela atividade agrícola. Ao contrário do que vem ocorrendo em outros países, a universidade brasileira precisou seguir as empresas e tentar conhecer o que está sendo criado na área.

A partir dessa situação, com a participação de docentes da FCA e de profissionais da informática, o CINAG entrou em funcionamento estabelecendo uma série de objetivos. Como suas atribuições estão o desenvolvimento de projetos voltados para a elaboração de sistemas computacionais aplicados aos diversos campos das ciências agrárias e a organização de informações necessárias à agricultura, em bancos de dados, para ficarem à disposição de agricultores e órgãos de pesquisa e assistência técnica. Além disso, através de cursos de graduação, pós-graduação e extensão universitária, o CINAG deve difundir conhecimentos e formar pessoas qualificadas para desenvolver e utilizar a informática aplicada à agricultura.

EQUIPAMENTO

No início, o trabalho começou a ser desenvolvido por dois analistas de sistemas após a aquisição de um microcomputador do tipo PC-XT. Em maio deste ano, com a inauguração do pólo computacional do Lageado, resultado do Plano de Informática da UNESP, o CINAG ganhou um grande suporte para a continuidade e desenvolvimento de suas atividades. O Centro passou a contar com uma equipe de dezessete profissionais, entre analistas, programadores e digitadores, além do equipamento supermínimo e ainda os vários microcomputadores PC-XT.

Já foram desenvolvidos e implantados softwares aplicativos cobrindo áreas como planejamento e administração rural, determinação de índices de erosão do solo, irrigação, controle de bacias hidrográficas, radiação solar, inventário florestal, comercialização de produtos agrícolas, cálculo de doses letais de

defensivos agrícolas e curvas de infiltração de água. Foram criados também bancos de dados através da compilação de resultados de ensaios de tratores com o objetivo de gerar informações para a área de mecanização agrícola.

Segundo o professor Flávio Abranches Pinheiro, vice-diretor da FCA e presidente da Comissão Local de Informática, "um dos pontos fundamentais no trabalho do CINAG é desenvolver programas para serem repassados aos agricultores". O professor afirma ainda que "o que é desenvolvido pelo Centro se torna de domínio público".

IRRIGAÇÃO

O software sobre irrigação, desenvolvido pelo Centro, possibilita o planejamento e a ocupação de várzeas com a determinação de custos e benefícios. O programa permite a elaboração do projeto de drenagem e sistematização — remanejamento da várzea para que fique plana e possa ser irrigada — e ainda fornece informações capazes de auxiliar o produtor a escolher as culturas mais rentáveis.

Segundo Ângelo Catâneo, analista de sistemas, a procura pelos trabalhos do Centro tem sido grande. "O CINAG está crescendo e vai crescer mais. Haja visto que em 1985 tínhamos só um micro PC e hoje já temos um equipamento bem maior", diz Ângelo. O Centro atende docentes, alunos e pesquisadores. "Toda a Fazenda do Lageado, Rubião Júnior, os campus de Ilha Solteira e Jaboticabal ou mesmo outras universidades recorrem ao Centro", afirma Ângelo.

CURSOS

O CINAG oferece também cursos para treinamento na área de informática a docentes e alunos de graduação e de pós-graduação. Duas turmas da pós, de dez alunos cada, já passaram pelo treinamento e, atualmente, são setenta docentes a frequentar o curso. "Isso possibilitará uma rápida implantação da informática no Lageado, tanto em termos de ensino como de pesquisa, contribuindo para que se concretizem os objetivos do CINAG", diz o professor Flávio. O ponto principal seria em termos de desenvolvimento de novos softwares aplicados à agricultura, bem como a formação de profissionais de diversas áreas que ficariam aptos para utilizar os meios computacionais, de grande importância, hoje, para as diversas atividades ligadas ao meio agrícola.

Apesar de ser ainda bastante jovem, a universidade brasileira já assume uma situação de crise. Onde estão localizados os pontos principais dessa crise?

A situação atual poderia ser observada por muitos lados mas, talvez, neste momento, um dos principais problemas é a quantidade de diferentes demandas que estão recaindo sobre o ensino superior no país. Essa demanda é muito grande, muito contraditória e a universidade não tem como responder de maneira adequada. Eu acho que a crise começa com a própria palavra universidade, quer dizer, nós falamos da universidade brasileira como se ela existisse de fato. Na verdade o que temos é um sistema de ensino superior que conta hoje com 1,5 milhão de estudantes espalhados por instituições completamente diferentes mas, entretanto, tudo isso submetido a uma legislação mais ou menos homogênea e que tenta responder a uma série de demandas muito contraditórias. Então, o que existe é um impasse, muito parecido com o impasse vivido pelo Brasil: não se toma essa ou aquela decisão porque, de alguma forma, vai-se contrariar alguém. É o que vem acontecendo, por exemplo, na área econômica, e então a economia toda vai para o brejo. A universidade está indo para o brejo, do mesmo jeito.

Então, uma das saídas seria abandonar a idéia de todas as universidades brasileiras seguirem um padrão único de organização, como pressupõe a legislação atual, e partir para a criação de modelos diferentes dentro de um sistema de ensino superior, como vem propondo o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais de São Paulo?

Eu acredito que sim. As pessoas respondem a essa proposta mostrando preocupação de que isso vai acabar introduzindo diferenças, como se todas as instituições de ensino superior fossem efetivamente iguais. Ora, as diferenças já existem; um dos pontos fundamentais, portanto, é reconhecermos isso e começarmos a dar tratamento diferente a coisas diferentes. Tentou-se a implantação de um modelo único, de um padrão que foi uma cópia equivocada de outros países e que não deu certo no Brasil, pois gerou um sistema todo deformado. Um exemplo é que todas as universidades devem considerar ensino e pesquisa coisas inseparáveis. Isso não pode ser levado a sério; o ensino superior, no mundo todo, é separado da pesquisa. A integração acontece somente em algumas universidades dos Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha. Em todos os países socialistas o ensino superior está desvinculado da pesquisa. Nós copiamos o modelo de algumas universidades de ponta e criamos a ficção, agora consagrada no projeto de Constituição, da indissolubilidade do ensino e da pesquisa. Isso é um equívoco.

Mas essa indissolubilidade implica o que?

Ela impede que se desenvolva uma coisa que é o que as pessoas querem quando buscam o ensino superior, que é uma formação profissional bem dada, uma formação que seja fruto de boas aulas, de bons professores, de um treinamento prático que as capacitem para o mercado de trabalho. É isso o que as pessoas buscam num sistema universitário de massa e é isso que o ensino superior brasileiro tem que dar. A pesquisa é outra história; ela é muito importante, é fundamental, mas é desenvolvida com a devida competência apenas em alguns centros e envolve um número muito mais limitado de pessoas.

O senhor acredita, então, que a universidade está se negando a aceitar uma situação já imposta pela própria realidade?

Sim. E o problema que advém dessa não aceitação é que permanece fechado um espaço que poderia ser ocupado de maneira competente em termos de formação profissional. A iniciativa de se montar uma boa escola pública para a formação de economistas para trabalhar em empresas ou de engenheiros operacionais será amplamente malvista — por alunos, que vão dizer que não querem fazer um curso de segunda categoria, e por professores, que não vão querer dar aulas ali porque querem estar vinculados a uma instituição que promova também a pesquisa. Ou seja, torna-se impossível a criação de espaços destinados realmente à formação profissional e as pessoas são então obrigadas a buscar um tipo de educação de terceira, quarta categoria em escolas particulares.

O senhor vê algum setor de formação profissional onde a falta desse espaço em instituições de ensino superior público é mais sentida?

Sim, na formação de professores para o ensino de segundo grau. As universidades públicas não querem saber disso e tratam as licenciaturas como coisa de segunda classe. Esse desprezo chegou a um ponto que, em geral, as pessoas que tentam fazer uma licenciatura na universidade pública são aquelas que não conseguiram fazer outra coisa.

Na relação entre a universidade e os graus de ensino que a precedem o senhor considera a formação de professores o aspecto mais importante?

Sem dúvida. E ao procurar formar professores a universidade tem a reconhecer que estará trabalhando com alunos que, na sua maioria, não queriam estar cursando uma licenciatura mas sim outra coisa, a qual não conseguiram ter acesso. A universidade tem que reconhecer isso. Quer dizer, ninguém vai ser professor secundário no Brasil porque acredita que nasceu para isso, porque o sonho da sua vida é ser professor secundário. As pessoas aceitam esse caminho porque não conseguiram o que queriam — medicina, engenharia, odontologia... — mas precisam ganhar a vida e não têm outro jeito. Não é uma profissão buscada, é uma profissão tolerada.

E a universidade pública deve atender essas pessoas?

Deve atender, tendo no entanto que discutir a melhor maneira para formar essas pessoas. A universidade não pode simplesmente dizer: bem, como não tem nível adequado também não me interessa, fica de fora — e vira as costas para a formação de professores.

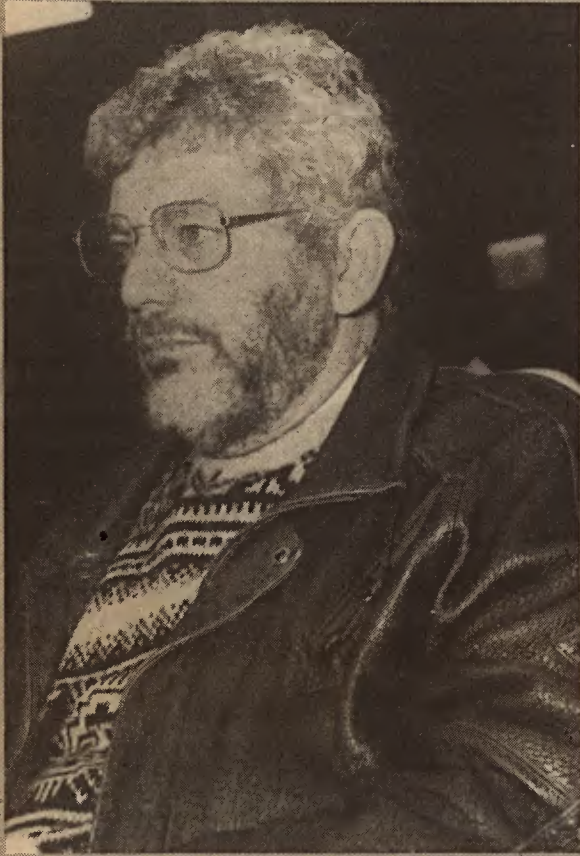
As faculdades particulares estão ocupando esse espaço?

É evidente que estão, mas eu acredito que a universidade pública deve ter como uma de suas responsabilidades fundamentais a formação de professores para o segundo grau. Acho também que um dos fenômenos novos em relação ao ensino superior é que a universidade pública brasileira está montada num modelo de estudante que hoje em dia é minoritário, que é o jovem de 17, 18 anos de idade que saiu do colegial, prestou o vestibular e pode se dedicar em tempo integral ao ensino superior. A maior parte dos estudantes de cursos supe-

ENTREVISTA

Simon Schwartzman

A universidade está indo para o brejo



Lilo Clarello

A demanda pelo ensino superior cresceu muito nos últimos anos e a universidade brasileira não está conseguindo responder de uma maneira adequada. Isso, porque está estruturada em cima de um modelo único que impede de diversificar-se conforme exige a própria realidade.

Essa é a principal explicação que o professor Simon Schwartzman dá para a crise da universidade brasileira. Aliás, para ele a universidade brasileira não existe. “Na verdade — afirma — o que temos é um sistema de ensino superior que conta hoje com 1,5 milhão de estudantes espalhados por instituições completamente diferentes”. Segundo Schwartzman, que trabalha no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, e no Instituto de Estudos Avançados da USP, a universidade está num impasse igual ao vivido pelo país “onde não se toma essa ou aquela decisão porque, de alguma forma, vai-se contrariar alguém”. Ainda pela sua analogia, a falta de decisões para solucionar a crise da universidade — uma delas a criação de modelos diversificados de instituições de ensino superior — a está conduzindo para o mesmo caminho que vem sendo percorrido pela economia brasileira, o caminho que leva para o brejo.

Relator da Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior (criada pelo pre-

riores é constituída de pessoas com mais idade, que já está trabalhando e quer continuar estudando. Quer adquirir um título superior porque quer possuir mais uma habilidade, porque o mercado de trabalho valoriza o diploma etc. Esse público é majoritário, mas não tem espaço no sistema universitário estadual ou federal, e acaba recorrendo ao sistema privado. A universidade tem a obrigação de atender a esse público, criando cursos noturnos, adaptando ou adequando formas de ensino a um tipo de estudante que não tem condições de ingressar nos cursos hoje existentes.

Não existe aí o risco de a universidade pública baixar seu padrão, perder a qualidade que alcançou?

Eu acho que não. O que a universidade pública tem que fazer é ela mesma diferenciar o seu modelo. A Escola Politécnica, por exemplo, pode continuar a ser tão exigente quanto é, mas ela pode criar um outro curso de enge-

nhheiros operacionais ao lado. E uma faculdade de Ciências Humanas pode ter um curso para formar historiadores e um curso para formar professores de História para o segundo grau, o que é outra coisa, não é o mesmo curso, é dar tratamento diferente a situações diferentes.

O senhor disse que não se pode falar em universidade brasileira porque ela não existe. Em algum dia vai existir?

Eu acho que nunca. A tendência é de que vamos ter um sistema cada vez mais complexo, pois a demanda ao ensino superior tende a se universalizar. Hoje, 60 por cento da população de 18/20 anos de idade dos Estados Unidos da América estão em escolas superiores. A Europa está marchando para isso. O meu filho, que tem 19 anos, talvez nunca tenha pensado em entrar na universidade, mas como é que ele vai ficar perante os amigos? Então ele entra na universidade. Na medida em que a maioria

dos jovens vai fazendo a mesma coisa, cria-se uma população completamente diferenciada caminhando em direção à universidade. Como consequência, o país deverá ter uma gama de instituições também diferentes. Algumas vão estar mais próximas do modelo universitário, algumas vão se dedicar mais à pesquisa, outras estarão voltadas para a formação profissional, outras vão dar cultura geral. Vai haver um quadro complexo e vamos ter que aceitar esse fato, a necessidade dessa complexidade terá que ser assumida. Não é possível atender a uma demanda tão diferenciada através de um modelo único de instituições como se tentou fazer no Brasil.

O senhor não acha que se contasse com mais recursos a universidade poderia cumprir melhor o seu múltiplo papel? Ou a reclamação por falta de verbas é apenas uma saída para justificar um desempenho que não é reconhecido como o ideal?

É claro que mais dinheiro na universidade seria sempre melhor. Mas, o que existe neste momento é uma situação um tanto cômoda, em que o problema de recursos é transferido para fora e a universidade não assume a responsabilidade do uso adequado dos recursos que tem. Entre 70 e 80 por cento do orçamento são gastos com pessoal e a própria legislação dificulta que um professor que seja incompetente ou que não esteja cumprindo a sua função seja demitido. Houve um processo histórico pelo qual os professores foram entrando em regime de tempo integral como forma de aumentar salários; depois, numa época em que não se podia aumentar salários, professores foram promovidos como forma de ganhar mais. Isso ajudou a ampliar algumas distorções, pois acredita-se que todos os professores estão dando um número razoável de aulas e que também estão todos fazendo pesquisa e na verdade isso não está acontecendo. Há um desperdício de cursos, entram quarenta alunos no primeiro ano e depois saem dois ou três no final, existindo portanto uma taxa de desertão altíssima. Outro problema é o aluno que fica repetindo de ano, fica trancando matrícula e segurando vagas que poderiam ser ocupadas por outros. A universidade deveria começar a verificar quem realmente está se dedicando ao tempo integral, verificar se os cursos se justificam em termos de número de alunos, número de professores etc, se os alunos estão utilizando o privilégio de receber ensino gratuito. Conhecer fielmente a sua realidade daria mesmo às universidades autoridade moral para reivindicar mais dinheiro.

Bem, aí o senhor está entrando na questão da avaliação da universidade.

É, eu participei de muitas discussões sobre isso e trata-se realmente de uma questão complicada. De qualquer maneira, só se pode implantar um sistema de avaliação se forem definidas as penalidades ou os custos pela ineficiência, o que, até este momento, ainda não existe. O que acontece com uma universidade de má qualidade, que forma mal seus alunos, onde os professores não fazem nada? Não acontece muita coisa. No caso das universidades federais, os salários hoje são iguais de norte a sul, ninguém é demitido, as verbas são negociadas politicamente no Ministério da Educação, então, por que elas vão avaliar alguma coisa e começar a criar problemas para si próprias?

Por esse caminho fica mais ou menos claro que nunca será implantado um sistema de avaliação.

Por isso eu acredito que não funciona o sistema de auto-avaliação. São necessários mecanismos externos, que induzam à avaliação. Não estou advogando a intervenção externa do Ministério da Educação, que é incompetente para isso; proponho a criação de mecanismos interuniversitários, interacadêmicos. Podemos chegar a uma situação em que há um montante “x” de dinheiro e as universidades têm que sentar juntas para resolver como será a distribuição, quanto caberá a cada uma. Para ficar com uma parte justa daquele montante, cada universidade deverá apresentar argumentos também justos e para isso todas terão de se avaliar e se corrigir.

Isso já ocorre um pouco na área de pesquisa em função do financiamento a partir de agências externas como o CNPq, a Finep e a própria Capes. Hoje já temos uma situação em que as universidades resolvem fechar um curso de pós-graduação porque a Capes não atribui um conceito. Ou seja, a existência da Capes como agência externa induz, às vezes, a decisões internas na universidade. A universidade é autônoma para criar a pós-graduação que quiser, mas, de repente, ela pode começar a refletir que não adianta ficar pedindo verbas para um curso que não consegue ser reconhecido. Na minha opinião, é preciso criar mecanismos de pressão externa também para o nível de graduação.

Na sua opinião, a pós-graduação vem se mostrando eficiente?

Nas áreas mais científicas acredito que ela vem desempenhando papéis muito importantes, pois significa um espaço para a pesquisa e também possibilita a formação de alto nível de competência. Mas há problemas sérios com a pós-graduação, e um deles é que não se criou nenhuma diferenciação clara entre a pós-graduação científica e a profissional, o que é um efeito da má importação de um modelo externo. Para a Física, por exemplo, acredito que o modelo existente é adequado. Já no caso da Medicina acho que não é o ideal. Um médico fez cinco anos de graduação, mais dois de Residência, mas para dar aula numa Faculdade de Medicina precisa ter o mestrado e o doutorado, o que é uma exigência absurda pois impossibilita o aproveitamento de um bom médico como professor. A consequência é que nas áreas profissionais o nosso modelo de pós-graduação não funciona. Ou funciona como uma maneira de as pessoas esperarem a oportunidade de entrar no mercado de trabalho. Nesse caso, a área de Engenharia é típica. O aluno começa a fazer pós-graduação, pega uma bolsa e permanece até arranjar emprego, aí ele abandona o curso, nem termina. Com isso, as taxas de desertão nas áreas profissionais da pós-graduação são altas. Em outras áreas há uma deformação muito grande, como na Psicologia, onde os cursos de graduação estavam formando o psicólogo clínico, supostamente um profissional valioso neste país onde o problema da saúde mental é da maior importância, mas aí chegou à pós-graduação e começou a trabalhar com a Psicologia Experimental, que é uma disciplina estritamente acadêmica. Isso é resultado da implantação de um modelo único de pós-graduação.

Mas a legislação mesmo prevê cursos de especialização, pós-graduação lato sensu...

Sim, mas tudo isso ficou desmoralizado pois são considerados cursos de segunda classe e ninguém quer. Eu acho que a pós-graduação deveria ser, na realidade, uma especialização.

UNIVERSIDADE: IDÉIAS EM DISCUSSÃO

"Três coisas são exigidas da universidade: treinamento profissional, educação do homem como um todo (formação) e pesquisa. A universidade é, ao mesmo tempo, uma escola profissional, um centro de cultura (mundo de formação) e um instituto de pesquisa. Entre essas três possibilidades tem-se tentado forçar a universidade a fazer escolha. Pergunta-se o que se espera, em verdade, que a universidade faça, pois, diz-se, como ela não pode fazer tudo, há necessidade de decidir em relação a uma ou outra dessas alternativas. Houve até a sugestão de desmembrar a universidade, de modo a substituí-la por três tipos especiais de escola: institutos de treinamento profissional, institutos de educação geral (formação), possivelmente compreendendo uma equipe especial, e institutos de pesquisa. Na ideia de universidade, contudo, esses três aspectos estão indissolivelmente unidos. Cada um deles não pode ser desligado dos outros dois sem aniquilar a substância intelectual da universidade, e sem, ao mesmo tempo, deixá-la atrofiar-se. Todos os três são fatores de um todo vivo. Isolando-os, perece o espírito da universidade." (Karl Jaspers, The Idea of the University, Peter Owen — Londres, 1965, págs. 53-4).

Na história da ideia da universidade alemã, Jaspers é considerado, juntamente com Scheler, um dos grandes "reformadores". Enri-queceram a ideia de universidade considerando, de um lado, os "fundadores" (Fichte, Schleiermacher e Humboldt), de outro, os seus grandes "críticos" (Nietzsche, De La-garde, Weber). Devido a tal contexto, fica até certo ponto estranho destacar um pequeno trecho desse livro tão importante e tão singular, ainda mais quando o destaque serve, antes de tudo, para que nos localizemos melhor nesta circunstância em que estamos preocupados com determinados rumos da universidade brasileira em geral e com a UNESP em particular. (*)

Além da "Introdução", o livro de Jaspers A ideia de Universidade está dividido em três partes, com as seguintes subdivisões: Parte I, "A vida intelectual", contendo "A natureza da ciência" (cap. 1), "Espírito, existência, razão" (cap. 2) e "Cultura" (cap. 3). Constituem a Parte II, com o título de "Os objetivos da Universidade", "Pesquisa, educação e ensino" (cap. 4), "Comunicação" (cap. 5), "A universidade como instituição" (cap. 6) e "O cosmos do conhecimento" (cap. 7). A Parte III, "Os requisitos para a existência da universidade" contém, nesta tradução inglesa, dois capítulos, o oitavo denominado "O fator humano", e o nono, incompleto, intitulado "Estado e sociedade" (o cap. 10 não foi incluído nesta edição).

É para se lamentar que esta obra, também clássica sobre a ideia de universidade, não tenha ainda tradução brasileira, o que, pela ausência de outras traduções de obras da mesma natureza, transforma a maior parte das discussões sobre a universidade no país em discursos sem grande substância, para não dizer por demais provincianos e muito presos à imediatéz.

Filósofo e um dos principais representantes do existencialismo, Karl Jaspers é também tido como o principal representante contemporâneo da tradição intelectual que vem desde Humboldt. Por isso mesmo, caracteriza a universidade como uma comunidade de pesquisadores e estudantes, cujo objetivo é a procura da verdade, sem quaisquer barreiras. Associa a busca da verdade a um direito de todos os homens e indica a pesquisa científica como tarefa principal da universidade. Enquanto guias dessa orientação, analisa o princípio da unidade do saber e o da unidade da pesquisa e do ensino (ensinar consiste em participar do processo da pesquisa). Ao mesmo tempo que discute a dimensão ética da atitude científica, esclarece-nos sobre a liberdade acadêmica, distingue universidade de escola, bem como professor universitário de funcionário do Estado, situa a posição da técnica na estrutura universitária, discute a questão da seleção dos estudantes, recusa um modelo único para a universidade...

Enquanto reformador, Jaspers ressalta o ponto de vista segundo o qual o futuro da universidade reside na renovação de seu espírito originário. Em sequência, e para finalizar, vale a pena transcrever os trechos iniciais do cap. 8:

"Tudo da vida universitária depende da natureza das pessoas que dela participam. O caráter de uma universidade é determinado pelos professores que contrata. Cada universidade está condicionada pela espécie de pessoas que consegue atrair. A mais verdadeira ideia de universidade é totalmente inútil se as pessoas que podem efetivá-la não estão disponíveis. Se, contudo, tais pessoas existem, transforma-se em questão de vida e morte para a universidade localizá-las e atraí-las."

"Tanto quanto dos professores, a vida universitária depende dos estudantes. Se o corpo estudantil não é qualificado, os melhores professores fracassarão na sua tarefa docente. Interessa, por conseguinte, que os jovens supostamente com direito aos estudos adquiram esse privilégio em razão de suas capacidades superiores. (...) a pessoa que deseja ser admitida na universidade deve ser suscetível de formação, isto é, precisa ter as aptidões, os dons e as características capazes de serem, todos, desenvolvidos pelo estudo em uma universidade."

(*) É oportuno lembrar que o trecho de Jaspers apresenta certo parentesco — operacional? — com o de Paul Ricoeur, e que o livro de Dréze e Debelie, Conceptions de l'Université, contém apanhado geral dessa obra de Jaspers, cf. Jornal da UNESP, nº 25, abril/88, nesta mesma seção, pág. 15.

ONDE ENCONTRAR

The Idea of the University no momento não há nas bibliotecas da UNESP, porém a Livraria Cultura (Av. Paulista 2073 — Conjunto Nacional) aceita pedido por encomenda.

Edição de revistas está mais ágil

Quando a Diretoria de Publicações da Fundação para o Desenvolvimento da UNESP iniciou suas funções em agosto do ano passado, a edição das dezessete revistas científicas da Universidade apresentava um atraso de dois anos. Criando uma infra-estrutura necessária para agilizar a produção das publicações, foi então possível editar as revistas referentes aos anos de 86 e 87 e, atualmente, estão no prelo os números de 88. Até dezembro o problema de periodicidade estará resolvido.

Neste mês, o primeiro lançamento do ano será o número um da Revista Científica, da área de Agronomia (única que é semestral); a segunda sairá em novembro. Segundo o diretor de publicações, professor Marco Aurélio Nogueira, "isso só foi possível organizando uma nova estrutura, caracterizada pela agilização das tarefas e por uma grande dose de profissionalismo".

Hoje, na Diretoria de Publicações da FUNDUNESP existe uma equipe de doze pessoas trabalhando na produção das revistas "Eclética Química", "Didática", "História", "Odontologia", "Ciências Farmacêuticas", "Naturália", "Ciências Biomédicas", "Matemática e Estatística", "Perspectiva", "Alfa", "Transformação", "Científica", "Letras", "Arteunesp", "Veterinária e Zootécnica", "Geografia" e "Geociências". Fora as revistas, há também os livros da Editora Unesp, que são acompanhados pela equipe.

Contando com a assessoria do professor José Castilho Marques Neto, a Diretoria dispõe de um arte finalista, dois digitadores nas composições (máquinas de composição informatizadas), um preparador de textos, um normalizador, um produtor gráfico, uma pessoa encarregada da distribuição, além das secretárias.

Na medida em que executa os serviços que antes eram feitos fora, principalmente a parte da composição, a divisão e racionalização das tarefas permitiu o controle sobre todo o processo de produção, resultando em qualidade gráfica. Isso, por exemplo, pode ser no-

tado nas últimas revistas que já estão apresentando uma capa melhor resolvida graficamente.

NECESSÁRIA CONTRIBUIÇÃO

Para que este pacote de mudanças seja bem amarrado, é necessário, porém, a contribuição das Comissões de Redação. Como são encarregadas diretas pelo recolhimento dos trabalhos a serem publicados, a velocidade das edições depende dessas Comissões. Além do envio dos originais em tempo hábil, é imprescindível também a sua qualidade, incluindo a normalização e a boa apresentação visual. "As Comissões de Redação estão sendo convidadas para exercer o papel efetivo de editores", ressalta o professor Marco Aurélio. "Melhorar a seleção do material já seria um passo para se traçar uma política editorial clara para as publicações", argumenta.

Uma maneira encontrada para que os originais sejam enviados com maior esmero, é o curso de treinamento de bibliotecárias, que a Diretoria de Publicações estará promovendo em todos os campus da UNESP. A ideia é que as bibliotecárias passem a atuar junto às Comissões de Redação no que diz respeito à normalização dos artigos.

A Diretoria de Publicações e os diretores das revistas, em reunião realizada no mês de junho, decidiram, entre outras questões, a possibilidade da edição de números especiais, com um caráter mais monográfico. Dentro deste projeto de renovação das revistas, inclui-se também a possibilidade de se deixar a critério das Comissões a opção de alterarem as capas das publicações.

Hoje, a manutenção das dezessete revistas está inserida num contexto que se não representa uma mudança radical pelo menos ganhou uma nova forma. Porém, para o professor Marco Aurélio, "uma regra continua sendo fundamental: tudo depende, em boa medida, do desempenho das Comissões de Redação. Se elas falharem, todo o processo ficará prejudicado". E conclui: "Isso é importante, particularmente para a questão da periodicidade."

Editora UNESP participará da X Biental

A X Biental Internacional do Livro, a ser realizada em São Paulo, de 24 de agosto a 4 de setembro, no Ibirapuera, contará com a presença da Editora UNESP, que está completando seu primeiro ano de existência. Sua participação será junto ao estande das Editoras Universitárias, localizado no 2º pavimento e ocupando um espaço de 96m².

A Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU), organizadora do estande, conta como principal coordenadora da exposição nesta grande mostra de livros sua vice-presidente, Mariá do Carmo Guedes. Essa integração com a ABEU é uma decorrência da recente participação da UNESP na 40ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), onde pôde expor suas publicações junto a outras Editoras Universitárias.

Na Biental, a Editora UNESP vai apresentar seus seis títulos, além das dezessete revistas científicas, e aproveitar para fazer o lan-

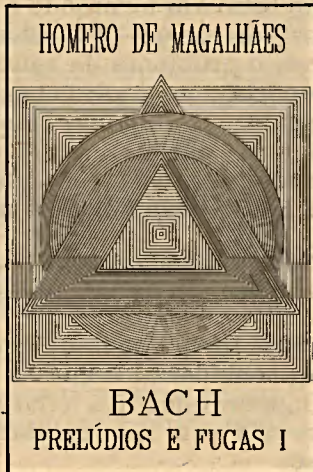
çamento do livro "O Pensamento em Crise e as Artimanhas do Poder", de vários autores. A publicação é o resultado da I Semana de Filosofia e Política, realizada no Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação (ILCSE), do campus de Araraquara, em setembro de 1987.

Com esse livro a Editora inaugura uma nova coleção: "Debates e Seminários UNESP". Segundo o professor José Castilho Marques Neto, assessor da Diretoria de Publicações da FUNDUNESP, "a ideia é espreitar para um público mais amplo do que a comunidade universitária todas as reflexões, ensaios e conclusões de trabalhos acadêmicos coletivos desenvolvidos na Universidade. Porém — ressalta — por estar este primeiro livro voltado para a Filosofia e Política, não significa que a coleção será somente dedicada à área de humanas. O objetivo é abranger a produção universitária como um todo".

LANÇAMENTO DE DOCENTES

BACH — PRELÚDIOS E FUGAS I (Editora Novas Metas, 255 páginas, Cz\$ 1.300,00), de Homero Ribeiro de Magalhães, do Departamento de Música do IAP — campus de São Paulo.

O livro é a transcrição de anotações e gravações tomadas durante os cursos de análise e interpretação do "Das Wohltemperierte Klavier" de J. S. Bach (1ª parte), realizados pelo autor de 1985 a 1986 nos Seminários de Música Pro-Arte e no Conservatório Musical "Brooklin Paulista".



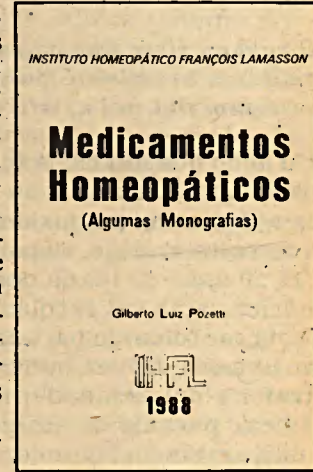
Uma Abordagem Populacional para um Problema Estrutural: A HABITAÇÃO (Editora Vozes, 128 páginas, Cz\$ 900,00), de Neide Aparecida de Souza Leheld, professora do Departamento de Serviço Social da FHDSS — campus de Franca.

Neste livro, a crise habitacional é retratada através de uma linha histórica e são demonstradas as estratégias governamentais decorrentes para minimizar seus impasses. A obra traz subsídios importantes a todos interessados pelas Políticas Sociais.



MEDICAMENTOS HOMEOPÁTICOS — Algumas Monografias (Editora I.H.F.L., 100 páginas, Cz\$ 900,00), de Gilberto Luiz Pozetti, professor do Departamento de Química Orgânica do IQ — campus de Araraquara.

São feitas considerações sobre alguns medicamentos de origem vegetal e animal, além da apresentação das monografias de dezoito medicamentos homeopáticos, estudando origem, propriedades físicas, composição química, ensaios, fisiopatologia e principais indicações clínicas.



UNESP oferecerá mais 28 cursos em 1989

A partir de 1989, a UNESP oferecerá 4.785 vagas no vestibular, 1.736 a mais do que no vestibular 88, quando ofereceu 3.049 vagas. Essa ampliação de mais de 56% se deve aos novos cursos que passarão a ser oferecidos pela UNESP, tanto através da encampação da Universidade de Bauru (UB) e do Instituto Municipal de Ensino Superior de Presidente Prudente (IMESPP), como também pela criação de novos cursos pela Universidade. Parte também se refere ao aumento do número de vagas oferecidas em vários cursos já existentes.

A encampação da Universidade de Bauru vem fortalecer principalmente a área de Humanas com cursos até então inexistentes na UNESP, como **Arquitetura e Urbanismo**, **Comunicação Social**, nas habilitações de **Jornalismo**, **Radialismo** e **Relações Públicas**, **Desenho Industrial**, com habilitações em **Programação Visual** e **Projeto do Produto**, e **Tecnologia em Gerência**, que serão ministrados pela Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC).

A área de Exatas também será contemplada com os cursos de **Tecnologia Agrícola**, **Tecnologia Civil**, **Tecnologia Elétrica**, **Tecnologia Mecânica** e **Tecnologia em Processamento de Dados**, que serão oferecidos pela Faculdade de Engenharia (FE). Outros cursos são o de **Ciências** com habilitação em **Biologia**, **Física** e **Matemática**, a serem ministrados pela Faculdade de Ciências (FC) daquele campus.

No campus de Bauru serão ainda ministrados os cursos de **Engenharia**

Civil, **Engenharia Elétrica** e **Engenharia Mecânica**, na FE; **Ciências da Computação**, **Educação Física** e **Psicologia**, na FC; e **Educação Artística**, na FAAC. Ao todo, os 22 cursos de Bauru representam mais 1.450 vagas no vestibular.

Com a encampação do IMESPP pelo Instituto de Planejamento e Estudos Ambientais (IPEA), do campus de Presidente Prudente, a UNESP contará ainda com os cursos de **Fisioterapia** (também inédito na Universidade) e **Educação Física**, que vêm aumentar a lista dos oferecidos na área de Biológicas, com mais 120 vagas.

A área também aumenta com o novo curso de **Enfermagem** criado pela UNESP e a ser ministrado pela Faculdade de Medicina (FM), do campus de Botucatu. Também aprovados pelo Conselho Universitário, já vigorando a partir do próximo ano, são os cursos de **Ciências da Computação**, no Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE), do campus

de Rio Claro, **Física**, na Faculdade de Engenharia (FE), de Guaratinguetá, e **Administração Pública**, no Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação (ILCSE), do campus de Araraquara.

Outros cursos já existentes que terão seu número de vagas ampliado são os de **Educação Física**, do Instituto de Biociências (IB), do campus de Rio Claro, com mais 10 vagas; **Música**, do Instituto de Artes do Planalto (IAP), do campus de São Paulo, com mais 6 vagas referentes à nova habilitação em **Instrumento Antigo**; **Serviço Social**, da Faculdade de História, Direito e Serviço Social (FHDSS), do campus de Franca, com mais 10 vagas; e **Zootecnia**, da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ), do campus de Botucatu, com mais 20 vagas.

Ao todo, a UNESP oferecerá 83 cursos em nível de graduação, 28 a mais do que no último vestibular, e passará de um total de 10.200 alunos para um índice que supera os 15.000.

Dia 12, o novo campus de Bauru

A solenidade de encampação da Universidade de Bauru está prevista para ser realizada no próximo dia 12 de agosto, quando o governador Orestes Quêrcia assinará o ato que altera o Estatuto da UNESP, criando o campus de Bauru, com três Unidades Universitárias: Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Faculdade de Ciências e Faculdade de Engenharia. Na mesma ocasião, será feita

a transferência do patrimônio da UB para a UNESP.

A encampação do IMESPP pelo IPEA-Presidente Prudente já foi concretizada, através da Portaria UNESP n.º 59/88, de 20 de maio, que entrou em vigor a partir de 1.º de junho. A extinção do IMESPP e a transferência de seu patrimônio para o IPEA se deu através da Lei Municipal n.º 2625/88.

Professor do IAP integra a ABM

A Academia Brasileira de Música conta com mais um membro efetivo. Trata-se do compositor e professor **Sergio Oliveira de Vasconcellos Corrêa** (foto), do Departamento de Música do Instituto de Artes do Planalto (IAP), do campus de São Paulo. A eleição ocorreu durante a sessão de votação dos "Acadêmicos", no dia 25 de junho.

A cerimônia de posse será no dia 12 de agosto no Rio de Janeiro, na sede da Academia, que tem como presidente o compositor Marlos Nobre.

Assistente — O professor **Júlio César Canille Martins**, do Departamento de Matemática do IBILCE — campus de São José do Rio Preto, foi convidado para ministrar dois cursos durante evento a ser realizado no Centro Internacional para Física Teórica, na Itália. O encontro será realizado de 16 de agosto a 23 de setembro.

Inglaterra — O professor **Wilson Maurício Tadini**, do Departamento de Álgebra, Cálculo e Geometria do IBILCE — campus de São José do Rio Preto, foi convidado pelo Mathematics Institute University of Warwick para participar do "Warwick Symposium on Singularity Theory and its Applications 1988-1989". O evento será na Inglaterra, estendendo-se de outubro de 88 a agosto de 89.

Conferência — No dia 29 de junho, na Itália, o professor **Roberto Rodrigues**, do Departamento de Economia Rural da FCA — campus de Jaboticabal, ministrou a conferência "Energia na Agricultura em Países em Desenvolvimento", como parte das comemorações dos 900 anos da Universidade de Bologna.

Artes — O 46.º Congresso de Americanistas realizado de 3 a 8 de julho, em Amsterdã, Holanda, contou com a participação de dois docentes do Departamento de Expressão e Comunicação do IAP — campus de São



Paulo. Na ocasião, **Régis Duprat** e **Neide Marcondes** apresentaram aos participantes seus trabalhos de pesquisa. E, em Havana, Cuba, a professora **Urquiza Maria Borges**, do mesmo departamento, participou, de 10 a 16 de julho, do II Encontro Latino Americano de Ensino Artístico, onde também apresentou uma pesquisa.

Química Fina — Com a participação de indústrias químicas e de universidades foi realizada, sob o patrocínio da FINEP, a II Feira e Congresso de Química Fina, de 5 a 8 de julho, no Palácio das Convenções do Anhembi, São Paulo. No estande da UNESP, os docentes do Departamento de Química Geral e Inorgânica do Instituto de Química — campus de Araraquara, **Antonio Carlos Massabni**, **Ana Maria Galindo Massabni** e **Marian Rosaly Davolos**, acompanhados dos alunos de pós-graduação, Celso de Mello Donegá e Vinicius Caliman, puderam expor dois painéis sobre o tema.

Londres — O professor **Pedro Paulo Abreu Funari**, do Departamento de História do ILHP — cam-

pus de Assis, foi convidado pelo Institute of Archeology, de Londres, para a publicação, tradução e análise de um corpus de inscrições latinas, compreendendo cerca de 600 selos anfóricos e inscrições pintadas. A obra será publicada na BAR Series, uma coleção monográfica daquele Instituto.

Nomeação — Por seus trabalhos científicos de destaque internacional no campo dos Neuropeptídeos e Monoaminas no controle adenohipofisário, o professor **João Cesar Bedran de Castro**, do Departamento de Ciências Fisiológicas da FO — campus de Araraquata, foi nomeado membro da The New York Academy of Sciences. O professor pertence também à Society for Neuroscience e International Society for Neuroendocrinology.

Piano — No evento "Lazer do Meio Dia" realizado na Biblioteca Mário de Andrade, a professora do Departamento de Música do IAP — campus de São Paulo, **Maria Francisca Fraissat Paez Junqueira**, proferiu, no dia 20 de julho, uma palestra sobre "Técnica Pianística".

CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

CURSOS	UNIDADE/CAMPUS	PERÍODO	VAGAS
Agricultura	FCA/Botucatu	I	80
	FE/Iha Solteira	I	40
	FCAV/Jaboticabal	I	90
Ciências • Biologia	FC/Bauru	D/N	40/60
Ciências Biológicas	IB/Botucatu	I	40
	IB/Rio Claro	I	40
	IBILCE/S.J. Rio Preto	I	50
Ecologia	IB/Rio Claro	I	20
Educação Física	FC/Bauru	D	80
	IPEA/P. Prudente	I/N	40/40
	IB/Rio Claro	I	70
Engenharia Florestal	FCA/Botucatu	I	20
Enfermagem	FM/Botucatu	I	20
Farmácia Bioquímica	FCF/Araraquara	I	90
Fisioterapia	IPEA/P. Prudente	I	40
Medicina	FM/Botucatu	I	90
Medicina Veterinária	FMVZ/Botucatu	I	40
	FCAV/Jaboticabal	I	45
	FO/Araraquara	I	80
Odontologia	FD/Araraquara	I	75
	FO/S.J. Campos	I	50
	FMVZ/Botucatu	I	40
Zootecnia	FCAV/Jaboticabal	I	45
TOTAL DE VAGAS			1.325

CIÊNCIAS EXATAS

CURSOS	UNIDADE/CAMPUS	PERÍODO	VAGAS
Ciências • Física • Matemática	FC/Bauru	N	60
	FC/Bauru	D/N	40/60
Ciências da Computação	FC/Bauru	I	60
	IGCE/Rio Claro	I	30
	IBILCE/S.J. Rio Preto	I	30
Engenharia de Alimentos	IBILCE/S.J. Rio Preto	I	30
Engenharia Cartográfica	IPEA/P. Prudente	I	30
Engenharia Civil	FE/Bauru	I	80
	FE/Guaratinguetá	I	40
	FE/Iha Solteira	I	40
Engenharia Elétrica	FE/Bauru	I	80
	FE/Guaratinguetá	I	40
	FE/Iha Solteira	I	40
Engenharia Mecânica	FE/Bauru	I	80
	FE/Guaratinguetá	I	70
	FE/Iha Solteira	I	40
Estatística	IPEA/P. Prudente	D	20
Física	FE/Guaratinguetá	N	30
	IGCE/Rio Claro	D	40
Geologia	IGCE/Rio Claro	I	30
Matemática	IPEA/P. Prudente	D/N	40/40
	IBILCE/S.J. Rio Preto	D/N/I	30/40/25
	IGCE/Rio Claro	D	40
Química	IQ/Araraquara	I	50
Tecnologia Agrícola	FE/Bauru	N	60
Tecnologia Civil	FE/Bauru	N	60
Tecnologia Elétrica	FE/Bauru	N	60
Tecnologia Mecânica	FE/Bauru	N	60
Tecnologia em Processamento de Dados	FE/Bauru	N	50
TOTAL DE VAGAS			1.525

CIÊNCIAS HUMANAS

CURSOS	UNIDADE/CAMPUS	PERÍODO	VAGAS
Administração Pública	ILCSE/Araraquara	D	40
Arquitetura e Urbanismo	FAAC/Bauru	I	60
Biblioteconomia	FEFCS/Marília	D	30
Ciências Econômicas	ILCSE/Araraquara	D	50
Ciências Sociais	ILCSE/Araraquara	D/N	50/50
	FEFCS/Marília	D/N	20/40
Comunicação Social • Jornalismo • Radialismo • Relações Públicas	FAAC/Bauru	D/N	50/50
	FAAC/Bauru	D	30
	FAAC/Bauru	N	50
Desenho Industrial • Programação Visual • Projeto do Produto	FAAC/Bauru	D/N	25/25
	FAAC/Bauru	D/N	25/25
Direito	FHDSS/Franca	D/N	35/35
Educação Artística	FAAC/Bauru	N	40
	IAP/São Paulo	M	40
Filosofia	FEFCS/Marília	N	30
Geografia	IPEA/P. Prudente	D/N	40/40
	IGCE/Rio Claro	D	40
História	ILHP/Assis	D/N	40/40
	FHDSS/Franca	D/N	20/60
Letras	ILCSE/Araraquara	D/N	40/40
	ILHP/Assis	D/N	60/60
	IBILCE/S.J. Rio Preto	D/N/I	25/25/30
Música • Canto • Composição e Regência • Instrumentos	IAP/São Paulo	V	5
	IAP/São Paulo	V	25
	IAP/São Paulo	V	65
Pedagogia	ILCSE/Araraquara	D/N	40/40
	FEFCS/Marília	D/N	40/80
Psicologia	ILHP/Assis	M/V/V/N	40/40
	FC/Bauru	D/N	40/40
Serviço Social	FHDSS/Franca	D/N	35/25
Tecnologias em Gerência	FAAC/Bauru	N	60
TOTAL DE VAGAS			1.935

D: diurno; I: integral; M: matutino; N: noturno; V: vespertino.

Comissão estuda forma de garantir invento

Estudar a legislação sobre propriedade industrial no país, com vistas à criação de um serviço na Universidade para registro de patentes dos inventos de seus pesquisadores. É esse o objetivo da "Comissão para Estudo e Implantação da Propriedade Industrial na UNESP", formada em abril deste ano por iniciativa da Reitoria.

Desde 1982 a proteção às invenções ocorridas na Universidade vinha sendo discutida, uma necessidade surgida em decorrência do número cada vez maior de pesquisas desenvolvidas nas diversas áreas do conhecimento. Para o presidente da Comissão, professor Antônio Carlos Guastaldi, do Departamento de Físico-Química do Instituto de Química de Araraquara, "o registro de um invento torna-se importante quando o pesquisador precisa recorrer às agências financiadoras. Se ele já possuir patente, conseguirá os recursos mais facilmente. O mesmo ocorre com a Universidade, no caso de financiamento de projetos institucionais", diz Guastaldi.

TRABALHO RÁPIDO

Formada também pelo advogado Paulo Roberto Dib Pinheiro, da Asses-



Antônio Carlos Guastaldi

soria Jurídica da Reitoria, e por Leonor Santamaria Silva, diretora do Serviço Estadual de Assistência ao Inventor — SEDA —, a Comissão vem se reunindo quinzenalmente. "O trabalho está andando rápido porque já tínhamos mui-

tas informações", diz o professor. Além disso, a Comissão ganhou um bom reforço com a vinda, no mês de julho, do professor Freid Artur, um dos responsáveis pela implantação do núcleo de patentes da Universidade de São Paulo.

O trabalho de pesquisa, junto à legislação e outros textos, já foi concluído. Atualmente, a Comissão está elaborando um documento que será submetido ao Conselho Universitário, onde constará a proposta de criação do "Núcleo de patentes e transferência de tecnologia". Além de organizar um banco de dados com toda a memória de patentes da Universidade, serão atribuições desse serviço a realização de buscas de documentos e patentes, elaboração de relatórios para depósito e acompanhamento de pedidos de privilégios, cuidar da transferência de tecnologia ao setor produtivo e propor a regulamentação da participação financeira da Universidade e do inventor.

Os interessados em obter outras informações devem entrar em contato com Celina, secretária da Comissão, pelo telefone (011) 32-7171, ramal 139.

O roteiro do inventor

A proteção à propriedade industrial nasceu no Brasil há mais de um século. Em 1883, o país foi um dos catorze signatários do Convênio da União de Paris — que institui e regula internacionalmente o sistema de propriedade industrial.

A patente é o direito concedido a pessoas físicas ou jurídicas, através de um documento oficial chamado carta patente, de uso exclusivo durante um certo período (variável de dez a quinze anos), sobre algo criado ou aperfeiçoado. O titular de uma carta patente, durante a vigência do seu privilégio, tem em mãos um monopólio: é o único que pode explorar o objeto da patente, produzindo e vendendo diretamente ou transferindo estes direitos a terceiros, definitiva ou temporariamente. Trata-se, portanto, de um instrumento através do qual o conhecimento tecnológico é transformado em bem econômico. Além de definir o estado da técnica mais avançada, uma patente é, também, um direito territorial: concedida no Brasil, só terá validade aqui. Caso haja interesse do depositante em proteger sua invenção no exterior, deverá providenciar o depósito do seu pedido no país que desejar.

São quatro os tipos de patentes, segundo as características do objeto a que se referem: Privilégio de Invenção (PI), Modelo de Utilidade (MU), Modelo Industrial (MI) e Desenho Industrial (DI). O período de duração depende de sua natureza: para patente de Privilégio de Invenção, quinze anos; para Modelo de Utilidade, Modelo Industrial e Desenho Industrial, dez anos, contados a partir da data do depósito.

Privilégio de Invenção é o resultado de um processo de criação de algo novo, que seja um avanço em relação ao estágio da técnica e que se preste a ser utilizado em, pelo menos, um ramo do setor industrial — como produto,

processo ou aparelho. Modelo de Utilidade é uma nova disposição ou forma introduzida em objetos já existentes, desde que se preste a um trabalho ou uso prático e que traga uma melhor utilização à função para a qual se destina. Modelo Industrial é toda alteração estética que modifique a configuração de um produto industrial. Desenho Industrial é um conjunto novo de formas, linhas ou cores que, com fim industrial ou comercial, pode ser aplicado à ornamentação de um produto.

COMO DEPOSITAR UM PEDIDO

Toda pessoa que inventa algo novo que tenha aplicação industrial deve pedir uma patente. O depósito de pedido, em formulário próprio, pode ser feito no Inpi — em suas delegacias de São Paulo, Brasília e Porto Alegre, na representação de Curitiba ou nas Secretarias Estaduais das Indústrias e Comércio, nas capitais dos Estados.

Depois de preencher o formulário-padrão, o interessado deve anexar: um relatório descrito com detalhes pormenorizados do objeto e sua aplicação industrial; as reivindicações, que definem e limitam o objeto; os desenhos, se necessário, e um resumo. Todos esses documentos obedecem a normas — formato, número de vias, datilografia — usadas internacionalmente. Os pedidos depositados e protocolados no Inpi são classificados segundo sua área tecnológica e obedecem a critérios internacionais de classificação de patentes.

Mas o pedido de patente não se esgota com a entrada do documento no Inpi. Este, aliás, é um erro cometido por muitos inventores, segundo o diretor-substituto do setor de patentes, Nilson Viana. Após o depósito do pedido, o interessado deverá acompanhar o andamento do processo através da

Revista da Propriedade Industrial (RPI), publicação oficial do Inpi, editada semanalmente. A primeira notificação referente ao pedido é feita pela RPI sob o título Pedidos Depositados.

Para proteger a idéia registrada, o pedido de patente é mantido sob sigilo, durante dezoito meses — prazo que poderá ser reduzido caso haja interesse do autor. Decorrido esse prazo, o pedido é publicado na RPI e a partir daí, já em forma de folheto, é incorporado ao Banco de Patentes, ficando à disposição dos interessados para exame, consultas ou solicitações de cópias.

Uma vez publicado o pedido de patente, o depositante tem o prazo de 24 meses para requerer o seu exame. Caso ele não seja requerido dentro do prazo legal, seu pedido será definitivamente retirado.

Após a publicação, na RPI, do requerimento de exame (sob título Pedido de Exame), corre um prazo de noventa dias para apresentação de oposições, ou seja, alguém que eventualmente queira poderá contestar o invento. Finalmente, o pedido é encaminhado à divisão da diretoria de patentes onde será analisado por um técnico, que emitirá parecer (favorável ou não).

O passo seguinte será aguardar a publicação do despacho favorável na RPI — só então a patente é considerada deferida. Os exemplares da revista podem ser conseguidos junto aos mesmos órgãos onde são feitos os depósitos de pedidos de patentes.

Todo o processo de obtenção de patente demanda, atualmente, um prazo nunca inferior a três anos e meio. Os serviços prestados pelo Inpi são cobrados com base em tabela específica do Ministério da Indústria e Comércio (MIC) e pagos através de guias recolhidas em agências do Banco do Brasil.

Matéria publicada na "Revista Brasileira de Tecnologia" vol. 19 n.º 4 Abril 1988.

Pesquisas em Biotecnologia têm cadastro

Com o objetivo de criar uma infra-estrutura na UNESP para informação, contato e integração de pesquisadores da área de Biotecnologia da Universidade e do país, foi criado um grupo de trabalho integrado por docentes de diversas Unidades envolvidos na área.

A atividade inicial do grupo foi a elaboração de um cadastro de pesquisadores e projetos e/ou linhas de pesquisa desenvolvidas em Biotecnologia. Através desse levantamento, realizado de acordo com as áreas focais propostas pelo Congresso Brasileiro de Biotecnologia, realizado em abril deste ano, no Rio de Janeiro, foram detectados projetos e pesquisas enquadrados nas áreas de Biotecnologia Vegetal Agrícola; Alimentos: Produção e Bioindustrialização; Biomineralização e Bioprocessamento de Minérios; Biotratamento de Rejeitos e Proteção Ambiental; Biotecnologia na Produção de Energia; Imunobiológicos: Vacinas e Diagnósticos; Biotecnologia no Melhoramento Animal; Novas Tecnologias em Processos Fermentativos; Equipamentos e Suprimentos em Biotecnologia; e Desenvolvimento e Produção de Biofármacos. O levantamento identificou também a ausência de projetos nas áreas focais de Biotecnologia e Informática e Biotecnologia: Política para o Desenvolvimento.

Em função da dificuldade de um contato inicial efetivo, o grupo solicita aos docentes interessados em constar do cadastro que se dirijam à Assessoria Técnica da Reitoria (telefone: 011 36-6018) ou aos membros do grupo de trabalho em Biotecnologia, integrado pelos professores Jorge de Lucas Júnior (FCAV — Jaboticabal), José Roberto Ernandes (IQ — Araraquara), Marney Pascoli Cereda (FCA — Botucatu), Oswaldo Galvão Brasil (IB — Botucatu), e Pedro Magalhães Lacava (IGCE — Rio Claro).

Bibliotecárias recebem treinamento específico

Praticidade. É esse o motivo que levará a Fundação para o Desenvolvimento da UNESP (FUNDUNESP), contando com o auxílio da Biblioteca Central, do campus de Marília, a patrocinar, nos dias 16, 17, 23 e 24 de agosto, um treinamento para as bibliotecárias das Unidades da Universidade. O objetivo é de normalizar os originais das revistas científicas editadas periodicamente pela Diretoria de Publicações.

A responsável pelo treinamento será a bibliotecária Elga de Souza Pastore. Sua realização ocorrerá em dois locais, para grupos distintos: nos dias 16 e 17, na Reitoria (Praça da Sé), dirigido às bibliotecárias da área de Humanas; nos dias 23 e 24, na FUNDUNESP (Av. Rio Branco) para a área técnica.

Maria Constância Martinhão Souto, da Biblioteca Central, está encarregada de designar o pessoal das Unidades para participar do treinamento.

Plano de Carreiras: DP esclarece dúvidas

Visando eliminar eventuais dúvidas de funcionários e servidores da Universidade sobre o Plano de Carreiras, o Órgão Central de Recursos Humanos, da Reitoria, implantou um serviço de esclarecimentos por carta.

Para ter suas dúvidas respondidas, o servidor deve encaminhar sua questão por escrito ao Órgão Central de Recursos Humanos — Praça da Sé, 96 — 6º andar — Reitoria, informando também seus dados pessoais como nome completo e seção onde trabalha, além de sua unidade e campus.



IGCE participa de convênio entre o Brasil e a Espanha

Através do convênio de cooperação entre Brasil e Espanha, administrado, respectivamente, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pelo Conselho Superior de Investigaciones Científicas (CSIC), pesquisadores do Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE), do campus de Rio Claro, puderam articular um intercâmbio com duas entidades de pesquisa espanholas: o Instituto de Edafologia, de Madri, e o Instituto de Recursos Naturais e Agrobiologia, de Sevilha.

O projeto de pesquisa, plenamente aceito pelo CNPq, "Desenvolvimento Metodológico para Análise e Planejamento Ambiental" é o elo científico que está unindo as três instituições. "Trata-se de um estudo da área de Geografia sobre paisagens em geral, visando ao gerenciamento do meio ambiente", explica o professor e coordenador do intercâmbio, Gilberto José Garcia.

No final do ano passado, o professor Gilberto Garcia, juntamente com a docente Liliana Bueno dos Reis Garcia, ambos do Departamento de Planejamento Regional, passaram um mês na Espanha acompanhando os trabalhos que são realizados sobre o assunto nos dois Institutos. Logo em seguida, como contrapartida, também vieram de lá quatro pesquisadores para o mesmo fim.

A duração do convênio é de três anos, sendo que teve início no final do ano passado. Só neste ano, a verba empenhada pelo CNPq para o projeto é de US\$ 10.000,00. O governo do Brasil cobre as passagens dos brasileiros e as diárias dos espanhóis e vice-versa.

OUTROS

Foram também firmados, pela Universidade, os seguintes convênios: — Com a Secretaria de Estado da Educação e Terrafoto S/A Atividades de Aerolevantamentos, com vistas à instalação e o funcionamento da habilitação profissional plena em Técnico em Fotogrametria em unidades escolares estaduais de 2º Grau, de Presidente Prudente. Um outro objetivo é o de reutilizar equipamentos do extinto Colégio Técnico de Aerofotogrametria de São Paulo no curso de Engenharia Cartográfica, (IPEA-Presidente Prudente).

— Com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), para elaboração de programas destinados ao aprofundamento de estudos técnico-científicos visando à aplicação de novos conhecimentos na produção agropecuária. (FMVZ-Botucatu).

— Com a Companhia de Desenvolvimento Tecnológico (CODETEC), para atividades de pesquisa e desenvolvimento no campo da Química Pura estabelecendo mecanismos que permitam a implementação de projetos de interesse mútuo. (FCF-Araraquara).

— Com a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB), visando ao desenvolvimento de ações conjuntas e assegurar divulgação mais eficiente dos resultados de pesquisas.

— Com a Prefeitura Municipal de Botu-

catu, com o objetivo de propiciar a transferência de conhecimentos científicos e tecnológicos e participar de projetos desenvolvidos pela Prefeitura em agropecuária. (FCA e FMVZ-Botucatu).

— Com a PROMINER (Projetos S/C Ltda), para proporcionar aos estudantes regularmente matriculados a oportunidade de complementação educacional, através de estágio prático na empresa. (IGCE-Rio Claro).

— Com a Delegacia Agrícola de Martinópolis, para a realização de análises físicas e químicas de solos, visando ao atendimento da comunidade dos Municípios de Martinópolis, Rancharia, João Ramalho, Taciba, Caiabu, Indiana, Iepê e Regente Feijó. (IPEA-P. Prudente).

— Com a Prefeitura Municipal de Guairá, tendo por finalidade o desenvolvimento de pesquisas, difusão de tecnologia e treinamento de pessoal, visando à exploração mais racional de culturas oleícolas e o incentivo às culturas alternativas na região, através de cursos, palestras e estágios. (FCAV-Jaboticabal).

— Com a Fundação Banco do Brasil, visando ao auxílio financeiro à publicação dos anais de dois eventos: "Simpósio sobre Micronutrientes na Agricultura", contemplado com Cz\$ 340.581,00 e "Encontro sobre Recursos Genéticos", com o valor de Cz\$ 348.043,00. (FCAV-Jaboticabal).

— Com o Programa Nacional de Irrigação (PRONI), que tem por objetivo a realização do II Curso Internacional de Especialização em Engenharia de Irrigação, para 35 técnicos de nível superior, com duração de 25 semanas e 720 horas/aula. Os recursos alocados pelo PRONI são de Cz\$ 19.559.452,00. (FEPAP-Botucatu).

— Com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), para execução dos projetos "Implantação de Serviço de Microscopia Eletrônica de Varredura", cujo montante é de Cz\$ 17.966.377,00 (IB-Botucatu), "Adequação do Laboratório de Microscopia Eletrônica", no valor de Cz\$ 2.207.750,00 (IB-Rio Claro) e "Consolidação do Laboratório de Microscopia Eletrônica no valor de Cz\$ 1.227.348,00 (IQ-Araraquara).

— Com o Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), visando o estabelecimento de ações conjuntas envolvendo observações, coleta de dados, práticas operacionais, bem como pesquisas básicas e aplicadas, no âmbito da meteorologia. O enfoque principal é para o uso de dados de satélites e radares no Instituto de Pesquisas Meteorológicas (IPMet) de Bauru, onde o INPE instalará um Núcleo Piloto de Previsão Imediata e de Muito Curto Prazo.

— Com a Secretaria da Ciência e Tecnologia, para regulamentar o uso de seus serviços de gráfica pela Universidade no que se refere a impressão e acabamento gráficos, não podendo ser o produto objeto de venda. Caberá à UNESP o fornecimento de toda e qualquer matéria-prima necessária à execução dos serviços, bem como, em caso de necessidade, dispor de mão-de-obra qualificada de seus quadros.



O professor Minoru Sakate, o reitor Jorge Nagle e o reitor Wataru Mori e sua esposa, senhora Hiroko

Reitor Wataru Mori visitou a UNESP

O reitor da Universidade de Tóquio, Wataru Mori, visitou a UNESP no final de julho. No dia 29, na Reitoria, onde almoçou, foi recebido pelo reitor Jorge Nagle e pelos diretores da FO-Araraquara, Tatsuko Sakima, e da FCAV-Jaboticabal, Joji Ariki. À tarde, foi para Botucatu, visitando o Departamento de Patologia (sua área de trabalho) da Faculdade de Medicina; à

noite, jantou com diretores e docentes daquela campus. Na manhã seguinte, fez uma visita à Fazenda Lageado, da UNESP.

Acompanhado pelo professor Minoru Sakate, do IB-Botucatu, o reitor Wataru Mori mostrou-se interessado em iniciar um intercâmbio entre a Universidade de Tóquio e a UNESP.

PET já atinge cinco cursos

O Programa Especial de Treinamento (PET), integrante do convênio entre a CAPES e a UNESP, foi ampliado na Universidade, implantando-se em mais quatro cursos. Até abril deste ano, somente os alunos do curso de Ciências Biológicas do Instituto de Biociências, do campus de Rio Claro, eram beneficiados com bolsas do PET, para participação em atividades acadêmicas como seminários, congressos, pesquisas, estudos dirigidos, práticas de leitura, projetos de ensino etc.

Agora, os cursos de Ciências Biológicas do IB-Campus de Botucatu, Matemática do IBILCE-campus de São José do Rio Preto, Pedagogia e Ciências Econômicas do ILCSE-campus de Araraquara iniciaram-se no Programa, atendendo, cada um, quatro bolsistas. A formação (gradual) do grupo é feita através de uma seleção anual de três ou quatro bolsistas que estejam cursando o final do 2º semestre e/ou do 3º semestre de graduação. Assim, cada grupo, sob a orientação de um professor-tutor, atingirá, ao final de 3 ou 4 anos, o total de doze bolsistas (número máximo permitido por programa); a partir de en-

tão há apenas substituições.

Segundo Ângela Santana, coordenadora de bolsas da CAPES no país, "durante um bom tempo só havia uma unidade da UNESP (Rio Claro) envolvida com o PET e, ainda assim, em caráter experimental". Foi a partir do final do ano passado que a CAPES, depois de ampla divulgação em todo o país, iniciou a instalação de mais grupos nas universidades. "Pretendemos acabar o ano com cem grupos do PET, o que significa mil bolsistas beneficiados", diz Ângela Santana.

A Bolsa, neste mês é de Cz\$ 34.300,00 para o aluno (reajustada de acordo com os salários dos docentes das Universidades Federais), sendo o dobro deste valor para o professor-tutor.

PICD E DEMANDA

A CAPES, dentro do Programa Institucional de Capacitação de Docentes (PICD-1ª fase), concedeu, recentemente, para a Universidade 98 bolsas para mestrado e 229 para doutorado, incluindo renovações. Já para execução do Programa de Demanda Social (bolsas de estudo no país), foram concedidas 237 bolsas para mestrado e 43 para doutorado.

Em setembro, os cursos da CENP

Os cursos para reciclagem de professores da Rede Oficial de Ensino, administrados pela Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP), da Secretaria de Estado da Educação, e ministrados por docentes das universidades estaduais, por motivos técnicos, não se realizaram no mês de julho. Estão previstos, porém, para a Semana da Pátria, em setembro.

"Nas Delegacias de Ensino em que ocorrerá suspensão de aulas nesses feriados, os cursos ocorrerão em blocos, ou seja, em uma semana, com duração de 30 horas", informa o professor Arif Cais, membro da Comissão Central do convênio UNESP/CENP.

O convênio mantido entre a CENP e as três universidades estaduais previa uma programação para 1988 que constava de 285 cursos para a UNESP, 170 para a USP e UNICAMP. O Vale do Ribeira (Miracatu, Cananéia, Registro, Iguape, Peruibe e Itariri), por ser uma região carente, será atendido com

prioridade pela UNESP, a universidade que mais tem podido oferecer propostas de cursos em função de sua distribuição geográfica no Estado.

As propostas para cursos ministrados em setembro serão recebidas pela Comissão Central até 8 de agosto. Os programados para outubro, até 30 de agosto e, para janeiro e fevereiro do ano que vem, até 30 de setembro. Estarão envolvidos, no total, 150 docentes da Universidade, pertencentes a quatorze campus, incluindo também Bauru, que já mantém convênio com a CENP, antes da encampação. Cada curso, com quarenta vagas, tem um custo de Cz\$ 185.000,00 e prevê o pagamento de bolsas para o professor da Rede.

Para o professor Arif Cais, "do ponto de vista da Universidade, o convênio com a CENP significa manter um vínculo importante com a Secretaria da Educação, o que possibilita conhecer e diagnosticar a Rede e, ao mesmo tempo, colher subsídios para repensar os cursos de licenciatura".

Simpósio sobre a Amazônia teve coordenação da FCA de Botucatu

A Faculdade de Ciências Agrônômicas do campus de Botucatu da UNESP coordenou, de 4 a 8 de julho deste ano, o "Simpósio sobre Amazônia: desmatamento e possíveis efeitos", como parte do 46º Congresso Internacional de Americanistas, ocorrido em Amsterdã, Holanda. Organizado pelo professor Paulo Rodolfo Leopoldo, do Departamento de Engenharia Rural, o Simpósio abordou aspectos da Região Amazônica como interação entre clima e floresta, solos, meio ambiente, hidrologia, taxas de desmatamento, recursos florestais, política de ocupação e fatores sociais.

O evento reuniu pesquisadores do Canadá, Estados Unidos, Costa Rica, Colômbia, Peru, Guiana Francesa, Equador, Inglaterra, Escócia, Itália, Alemanha, Áustria, França, Holanda, Suécia e Brasil. Os trabalhos apresentados durante o Simpósio serão reunidos em *proceedings* e publicados pelas Elsevier —

Science Publishers, de Amsterdã, como um número especial de uma de suas publicações, o "Forest Ecology and Management Journal". O próximo Congresso Internacional de Americanistas será realizado em 1991, nos Estados Unidos, e já há proposta para que o II Simpósio sobre Amazônia seja incluído no evento.

NESC

Para divulgar o trabalho que o Núcleo de Extensão de Serviços à Comunidade da FCA — campus de Botucatu — vem realizando, sua Assessoria Técnica Administrativa acaba de lançar um "Boletim Informativo". O folheto traz informações sobre as atividades em desenvolvimento, cursos e programas previstos para o segundo semestre, intercâmbios e convênios firmados, além de outros dados relativos ao trabalho do NESC junto à comunidade.

Higiene Bucal: motivo de campanha da FO

O Departamento de Odontologia Social da Faculdade de Odontologia do campus de Araçatuba da UNESP realizou, no primeiro semestre deste ano, a "Campanha Regional de Higiene Bucal". Sob a orientação dos docentes daquele departamento, os alunos da 4ª série levaram a campanha aos municípios de Guararapes, Valparaíso, Bento de Abreu e Rubiácea, com a finalidade de motivar os escolares de primeiro grau a adotarem como hábito os métodos de prevenção de doenças bucais.

Através de vários mecanismos — projeções

de histórias relacionadas com a saúde bucal, bochechos com soluções evidenciadoras de placas bacterianas, orientação correta quanto à escovação, distribuição de escovas dentais, dentífricos e folhetos educativos — a campanha beneficiou 4.240 escolares de dez estabelecimentos de ensino.

Além de ter contado com a participação dos funcionários das escolas, prefeitos, da Delegacia de Ensino e da Secretaria da Educação, a campanha da FO teve também a colaboração da Comissão de Atividades Culturais, CAC.

FEFCSD inicia pós-graduação em Educação

A partir do dia 15 de agosto, a Faculdade de Educação, Filosofia, Ciências Sociais e da Documentação do campus de Marília da UNESP terá o seu primeiro curso de pós-graduação. Com área de concentração em "Ensino na Educação Brasileira", o curso, em Educação, oferecerá quinze vagas para o mestrado.

Os estudos serão voltados basicamente pa-

ra a abordagem das questões de ensino e aprendizagem escolar, que será o núcleo da área de concentração. Além disso, também as variáveis externas à sala de aula que afetam esses pontos deverão ser tratadas. O curso tem como objetivo ainda, desenvolver nos alunos uma postura crítica com relação às questões educacionais além de familiarizá-los com os instrumentos de pesquisa científica.



Os professores Irineu de Moura, Paulo Landim — vice-reitor —, Yoshiko Tanabe Mott e Jayme Wanderley Gasparoto

Dois novos diretores tomam posse em julho

No dia 28 de julho, na Reitoria, tomaram posse os novos diretores do IAP, Instituto de Artes do Planalto, campus de São Paulo, e da FEFCSD, Faculdade de Educação, Filosofia, Ciências Sociais e da Documentação, do campus de Marília.

Em solenidade presidida pelo vice-reitor Paulo Landim e prestigiada por funcionários

e docentes das duas unidades, assumiram os cargos, Jayme Wanderley Gasparoto e Yoshiko Tanabe Mott, diretor e vice-diretora da FEFCSD, substituindo Alvanir de Figueiredo e Mário Mascherpe, respectivamente. O novo diretor do IAP é Irineu de Moura, até então vice-diretor. Irineu substitui Alfredo João Rabaçal, deixando o cargo de vice em aberto.

AGENDA

ARAÇATUBA
• 01/09 a 30/11. "Campanha dos Bons Dentes". Promoção do Departamento de Odontologia Social.
• 01 a 03/09 e 15 a 17/09. Curso: Fundamentos de pontuação na Língua Portuguesa. Promoção da FO.

ARARAQUARA
• 01/09. Show musical: Assim caminha a MPB, no ILCSE. Promoção do Diretório Acadêmico "José Arantes".
• 01/09 a 28/10. Conferência: I Ciclo de Debates sobre Supervisão na Área Educacional no ILCSE. Promoção do Departamento de Ciências da Educação.
• 05 e 06/9. I Encontro de Professores de Geografia, no ILCSE. Promoção do Departamento de Antropologia, Política e Filosofia.
• 12 a 14/9. Seminário sobre uso de Recursos Naturais por Las Comunidades Del Antiplano Andino, no ILCSE. Promoção do Centro de Estudos Indígenas.
• 12 a 15/9. Medicina e Rendimento Escolar, no ILCSE. Promoção da Unidade Auxiliar CEAO.
• 13 a 15/9. Mesa-redonda: Cultura e Modo de Vida, no ILCSE. Promoção do Departamento de Sociologia.
• 13 a 15/9. Mesa-redonda: Formação do Sistema Urbano Paulista no ILCSE. Promoção do Departamento de Sociologia.
• 13 a 15/9. Mesa-redonda: A Universidade no Interior: para que e para quem, no ILCSE. Promoção do Departamento de Sociologia.
• 19 a 23/9. Mesa-redonda: V Semana de Estudos Econômicos "Economia Brasileira, Balanço e Perspectiva", no ILCSE. Promoção do Departamento de Economia.
• 25 a 29/9. Palestra e mesa-redonda: II Ciclo de Palestras de Orientação Educacional, no ILCSE. Promoção do Departamento de Psicologia da Educação.
• 30/9. Concurso Literário, no ILCSE. Promoção do Departamento de Literatura.

ASSIS
• 01/9 a 01/10. Palestra: Análise do Discurso. Promoção do Departamento de Letras Modernas.
• 01/9 a 01/10. Palestra: Gramática e o Cursinho de Línguas. Promoção do Departamento de Letras Modernas.
• 01/9 a 01/10. Conferência: O ensino de Italiano como Língua 2. Promoção do Departamento de Letras Modernas.
• 23/9. Teatro: Seis personagens à procura de um autor. Promoção do Diretório Acadêmico "XVI de agosto".
• 30/9 a 01/10. Dança e Exposição: Bon-Odoni e Ikebana. Promoção do Centro de Psicologia Aplicada.

BOTUCATU
• 01 a 10/9. Show de MPB, no IB. Promoção da Comissão Setorial de Atividades Culturais.
• 12 a 23/09. Quarteto de Cordas da Cidade de São Paulo, no IB. Promoção da Comissão Setorial de Atividades Culturais.

FRANCA
• 14 a 16/9. Palestra: O Ciclo Básico: problemas e possíveis soluções. Promoção do Departamento de Educação.
• 15 e 16/9. Constituição/88: O Brasil para os brasileiros. Promoção do Centro de Estudos Jurídicos "II de abril".

JABOTICABAL
• 8 a 10/9. Curso de Jardinagem. Promoção da FINEP.
• 12 a 16/9. Mostra de Cinema: Cultura Japonesa — 80 anos de imigração.

MARÍLIA
• 14 e 16/9. Tentativas de renovação do ensino no Estado de São Paulo nos anos sessenta. Promoção do Departamento de Administração e Supervisão Escolar.
• 14 e 16/9. Duzentos anos da Revolução Francesa. Promoção do Departamento de Filosofia.
• 17 e 18/9. "Verde e criança". Promoção dos Departamentos de Didática, de Sociologia e Antropologia e de Psicologia da Educação.

• 22 e 23/9. "África hoje". Promoção do Departamento de Sociologia e Antropologia.

PRESIDENTE PRUDENTE

• 04 a 11/9. II Simpósio de Medicina Desportiva e Atividade Física. Promoção da Anaconda Esthetic Center.
• 12/9. Show de Música: Grupo de Violões do IAP. Promoção do Departamento de Educação.
• 12 a 30/9. Ciclo de Palestras: Educação e Movimento Social. Promoção do Departamento de Educação.
• 21/9. Os problemas da Universidade Pública e a Questão Sindical. Promoção da ADUNESP.
• 26 a 30/9. II Semana Cultural do IPEA. Promoção dos Departamentos de Cartografia, Sociologia e Antropologia.

RIO CLARO

• 01 a 03/9. III Simpósio de Quantificação em Geociências. Promoção do IGCE.
• 12 a 16/9. Curso: Alternativas de Energia, no IB. Promoção do Centro de Estudos Ecológicos.
• 23/9. Palestra: Profissão Ecólogo, no IB. Promoção do Centro de Estudos Ecológicos.
• 25/9 a 01/10. Mesa-redonda: VII Congresso de Botânica da Sociedade Botânica de SP, no IB. Promoção do Departamento de Botânica.
• 26 a 30/9. Mini-curso: "Comportamento", no IB. Promoção do CEBio, Centro de Estudos Biológicos.
• 26 a 30/9. Palestra: "XIX Semana de Estudos da Geografia", no IGCE. Promoção do Centro de Estudos Geográficos "Dr. João D. da Silveira".
• 26 a 30/9. Palestra: Semana Comemorativa dos 30 anos do campus, no IGCE. Promoção da Diretoria.
• 26/9 a 01/10. Palestra e mesa-redonda: "Semana de Estudos Conjunta", no IGCE. Promoção do CEMAFI — Física.
• 26/9 a 01/10. Mini-cursos e mesa-redonda: VIII Semana de Estudos da Matemática, no IGCE. Promoção do CEMAFI — Matemática.
• 29/9. Peça de teatro: "As meninas", do IB. Promoção do CEBio — Centro de Estudos Biológicos.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

• 07 a 11/9. Mesa-redonda e palestra: "Simpósio sobre Diálogo Itália Brasil". Promoção do Departamento de Letras Modernas.
• 08 a 10/9. II Encontro da APIESP (Associação de Professores de Italiano do Estado de São Paulo). Promoção do Departamento de Letras Modernas.
• 12/9. Conferência: "A redação e a leitura no ensino de 1º grau". Promoção do Departamento de Letras Vernáculas.
• 12/9 a 25/11. "O ensino da redação e leitura no 1º grau". Promoção do Departamento de Letras Modernas.
• 16/9. Conferência: "A mulher na sociedade romana". Promoção do Departamento de Teoria Linguística e Literária.
• 20/9. Conferência: "Teorema de Polya e Aplicações". Promoção do Departamento de Análise Numérica e Estatística.
• 22/9. Ciclo de Conferência: "A redação e a leitura no ensino de 1º grau". Promoção do Departamento de Letras Vernáculas.
• 22/9. Conferências: "A municipalização do ensino". Promoção do Departamento de Educação.

SÃO PAULO

• 12/9. Palestra Ilustrada: "Experiência interdisciplinar: Folclore" e Filme: "Experiência Educacional na Vila Prudente", no IAP. Promoção do Departamento de Educação.
• 18 a 31/9. Exposição e mesa-redonda: "Carnaval Paulistano em fotos" no IAP. Promoção do Departamento de Expressão e Comunicação.
• 19 a 23/9. Palestras e Debates sobre Arte e Ciência, no IAP. Promoção do Departamento de Expressão e Comunicação.

ANOTE

EXPERIMENTAÇÃO — Será realizado na FCAV — Jaboticabal o curso de Atualização em Experimentação Agrícola, de 7 a 11 de novembro. Informações: Rodovia Carlos Tonanni, Km 5, CEP 14870 — Jaboticabal (SP) — Fones: (0163) 22-4000 e 22-2510.

FÍSICA TEÓRICA — Nos dias 20 e 21 de outubro, será realizado no Instituto de Física Teórica — São Paulo o XI Congresso Estudantil de Física Teórica. Informações: Rua Pamplona, 145, CEP 01405 — São Paulo (SP) — Fone: (011) 288-5643.

TESES E DISSERTAÇÕES

DOCENTES

- **Maria Cecília Mattoso (FEFCSO — Marília)** "O paradiático, esse rendoso desconhecido". Banca: Celso de Ruy Beisiegel, Zenir Campos Reis, João Alexandre Barbosa, Sandra Margarida Nitrini e Lígia Chiappini Moraes Leite. Doutorado, dia 16 de maio, na FFLCH/USP.
- **David Pabello (ILHP/Assis)** "Os diamantes do Brasil na regência de Dom João (1792 — 1816): um estudo de dependência externa". Banca: Dióres dos Santos Abreu, José Ribeiro Júnior, Manoel Lelo Bellotto, Maria Thereza Schorer Petrone e Virgílio Noya Pinto. Livre-Docência, 18 de maio no ILHP.
- **Arlêta Nóbrega Zelante Maryssael de Campos (FEFCSO/Marília)** "A Escola Normal Paulista: acertos e desacertos". Banca: Leonor Maria Tanuri, José Augusto Dias e José Mário Pires Azanha. Mestrado, dia 20 de maio, na FE/USP.
- **Wilson Maurício Tadin (IBILCE/São José do Rio Preto)** "Símbolo de Boardman e Separação de Variáveis". Banca: Hygino Hugueros Domingues, Antonio Espada Filho, Paulo Boulos, Paulo Ferreira da Silva Porto Júnior e José Carlos Souza Kihl. Livre-Docência, dias 6, 7 e 8 de junho, no IBILCE.
- **Elizabeth Darwiche Rabello (ILHP/Assis)** "Os comerciantes na sociedade paulistana na primeira metade do século XIX". Banca: Beatriz Westin de Cerqueira Leite, Dióres dos Santos Abreu, Leda Maria Rodrigues, Manoel Lelo Bellotto e Maria Thereza Schorer Petrone. Livre-Docência, dia 8 de junho, no ILHP.
- **Carmem Lúcia Zambom Firmino (IBILCE/São José do Rio Preto)** "Álvaro Guerra: o Romance como Alquimia". Banca: Célia Berretini, João Décio, Álvaro Cardoso Gomes, Elenir Aguilera de Barros e Massaud Moisés. Doutorado, dia 17 de junho, na FLCH/USP.
- **Aguiardo José Gonçalves (IBILCE/São José do Rio Preto)** "Ut Pictura Poesis... Estudo Evolutivo do Topos em busca da Natureza do Poético". Banca: Irmelar Chiampi, Leila B. Perrone Moisés, Bóris Schaiderman, Antonio Cândido de Melo e Sousa e João Alexandre Costa Barbosa. Doutorado, dia 23 de junho, na USP/São Paulo.
- **Maria do Carmo Sampaio de Credito (ILHP/Assis)** "A propriedade da terra no Vale do Paranapanema — a fazenda Taquaral (1850 — 1910)". Banca: Beatriz Westin de Cerqueira Leite, Esmeralda Bolsanara Moura, Liliana Laganá, Maria Thereza Schorer Petrone e Sueli Robles Reis de Queiroz. Doutorado, dia 24 de junho, na FFLCH/USP.
- **Benedito Miguel Angelo Perrini Gil (ILHP/Assis)** "A produção das conversões: análise dos cursilhos de cristandade". Banca: Eunice Ribeiro Durham, Carmen Cinira Macedo, Josillete Consorte, Lísias Negrão de Lima, Paula Monteiro. Doutorado, dia 28 de junho, na FFLCH/USP.
- **Anna Maria Martínez Correa (ILHP/Assis)** "Poder local e representatividade político-partidária no Vale do Paranapanema (1920 — 1930)". Banca: Alice Cannabrava, Eduardo d'Oliveira França, José Enio Casalechi, José Ribeiro Júnior e Manoel Lelo Bellotto. Livre-Docência, dia 29 de junho, no ILHP/Assis.

ALUNOS

- **Spartago Marcus da Silveira Carlos (IFT/São Paulo)** "Características de algumas equações diferenciais com termo não linear do tipo exponencial". Banca: Bruto Max Pimentel Escobar, Vincente Pleitez, José Francisco Gomes e Diógenes Galetti. Mestrado, dia 14 de junho, no IFT.
- **Nelson Augusto Alves (IFT/São Paulo)** "Simulações de Langevin e Monte Carlo em modelos sigma-não lineares". Banca: Maria Cristina Batoni Abdalla, Bruto Max Pimentel Escobar, José Roberto Drugowich, Carlos Eugenio Embassy, Henrique Fleming, Gerson Francisco e José Antônio Castilho Alcarás. Doutorado, dia 01 de julho, no IFT.
- **Abel Rebouças São José (FCAV/Jaboticabal)** "Efeitos de métodos de controle de plantas daninhas na formação de pomar de laranja Hamlin" (Citrus sineans (L.) Osbeck). Banca: Luiz Carlos Donadio, Júlio Cesar Durigan, Ricarvo Victória Filho, Luiz de Souza Correa e Celio Moreira. Doutorado, dia 14 de julho, na FCAV.

CAC quer consolidar nova política de atuação

Fundamentada numa nova política de atuação — mais direcionada para a promoção de eventos específicos de sua área — a Comissão de Atividades Culturais (CAC) intensificou, a partir deste ano, a realização de projetos de maior abrangência, como a programação sobre os cem anos da Abolição e a apresentação de grupos artísticos da própria Universidade, e de fora dela, em diversos campus.

Essa mudança, que exigiu uma tomada de posição mais rigorosa com relação à ordem de prioridade das solicitações a serem atendidas — o que gerou, inclusive, reações desfavoráveis — acabou dando um novo conteúdo à Comissão e ajudando a solidificar as bases para uma política cultural na UNESP. Segundo o presidente da CAC, professor Fernando Dagnoni Prado, do Instituto de Geociências e Ciências Exatas do campus de Rio Claro, a definição dessa política dar-se-á em breve e, antes de sua implementação, será submetida à avaliação de todas as Unidades.

Como funciona a Comissão de Atividades Culturais e quais são suas atribuições?

A CAC realiza reuniões periódicas de caráter deliberativo sendo que seus membros não recebem jeto pelo trabalho. Quanto à atuação, a CAC teve uma trajetória interessante. Criada para atender demandas "no varejo", firmou-se como uma alternativa crescentemente procurada por interessados que em geral não obteriam apoio das agências financiadoras, ou porque seus projetos eram de pequena monta ou pela falta de credenciais usualmente exigidas dos solicitantes.

Isso significa que não há discriminação dos pedidos solicitados?

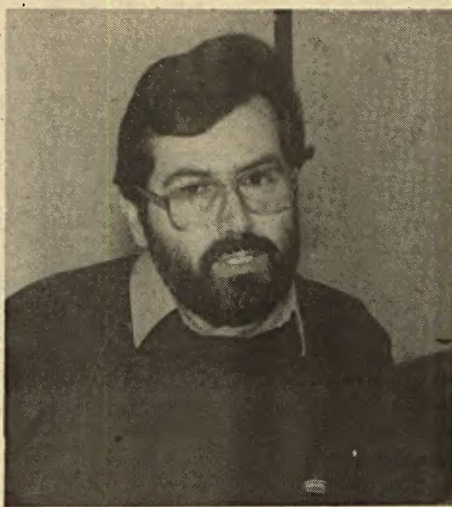
Não se exige qualificação acadêmica dos solicitantes, que podem ser professores, alunos ou funcionários. Mas a CAC teve que adotar prioridades no que se refere à natureza do evento proposto, dado o significativo crescimento observado, semestre a semestre, dos recursos solicitados, cujo total chegou a dez vezes a nossa dotação.

Quais são, então, as prioridades da Comissão?

Fazendo uma retrospectiva, podemos verificar que há alguns anos grande parte das solicitações para auxílio oriundas das Unidades relacionava-se a eventos de complementação curricular ou de natureza acadêmica, de interesse restrito aos cursos de graduação e de pós-graduação e a grupos de pesquisa. Eram relativamente raras as propostas para atividades culturais na acepção usual do termo. Obviamente, havia uma questão: o que é cultural? Assim, sem ignorar que "tudo é cultural", a Comissão optou por um trabalho de esclarecimento e de direcionamento das atividades, valendo-se para isso tanto do *Jornal da UNESP*, como de modificação do próprio formulário para solicitação de auxílio. Hoje não mais apoiaremos projetos de complementação curricular nem atividades de interesse dos cursos de pós-graduação ou de grupos de pesquisas. Vale lembrar, no entanto, que foi a CAC que promoveu, em caráter pioneiro na UNESP, os seminários interunidades e multidisciplinares sobre a produção científica na Universidade, realizado em 1986 e dividido em seis grandes áreas do conhecimento (Humanas, Biológicas, Agrárias e Veterinárias, Saúde, Exatas e Tecnológicas, Letras e Artes).

Como são esses projetos de iniciativa própria da CAC?

Essa pergunta permite complementar aquela sobre as prioridades. Durante a ges-



Clóvis Ferreira Lima

tão anterior, sob presidência da professora Lúcia Helena Lodi, iniciou-se um trabalho de "intervenção deliberada" na comunidade, de modo a ratificar a diretriz prioritária que se estava implantando.

Procurou-se elaborar projetos, estabelecer contatos e assessorias junto ao meio cultural externo à Universidade e buscar recursos de outras agências. As apresentações de alunos de Escola de Arte Dramática (EAD), da USP, de diversos grupos do Instituto de Artes do Planalto (IAP) e o programa "Abolição, um Século Depois" são alguns dos exemplos.

Os recursos externos para financiamento dos projetos têm chegado regularmente?

Não. O projeto da Abolição, por exemplo, passou pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e pelo Ministério da Cultura com pareceres favoráveis, mas ainda aguarda liberação dos recursos, o que não tem previsão de data. O projeto está sendo desenvolvido dentro das disponibilidades orçamentárias da Reitoria.

Há também um projeto alusivo aos 80 anos da Imigração Japonesa, submetido a uma grande empresa com sede no Japão e que atua no Brasil, que ainda aguarda confirmação. Outro projeto de fôlego, elaborado por especialistas e que prevê quatro apresentações de música popular brasileira de diferentes naturezas em cada campus, foi submetido a empresas estatais de porte, com endosso da Secretaria de Governo.

A Comissão se utiliza da Lei Sarney?

A UNESP, como autarquia de regime especial, não pode se cadastrar visando os benefícios da lei.

A comunidade tem reagido favoravelmente à política de atuação da CAC?

Sim e não. Em primeiro lugar se constata que, a partir de 1986, ocorre um significativo crescimento no interesse pelos eventos artísticos culturais, acessíveis à população em geral. Mesmo as realizações tipicamente acadêmicas, como congressos, simpósios etc, têm em geral uma programação cultural em paralelo, quase sempre com a participação da CAC. É notória a pobreza da vida cultural na maioria das cidades do interior paulista; entendo que essa lacuna deva ser corrigida, como parte da melhoria das condições gerais de vida da comunidade interiorana. Acredito, ainda, que a intensificação de atividades culturais nessas cidades poderá contribuir, em certa medida, para evitar a evasão de professores e estudantes para centros mais desenvolvidos. Quanto às reações desfavoráveis, elas se devem em grande parte à atuação anterior da CAC, cujo valor, quero frisar, reconheço, e à imagem que essa atuação formou. A partir do momento em que eventos tradicionais,

de conotação acadêmica, passaram a ter baixa prioridade, surgiram reclamações.

Como superar esse impasse?

Não vejo como um impasse. O que há são demandas e expectativas muito heterogêneas de uma Unidade para outra. Penso que a Universidade deva ter de tudo, a diversidade e o conflito de concepções podem ser muito salutares. Assim, num mesmo momento, o que é premente para uma escola é supérfluo para outra e vice-versa. Numa perspectiva mais abrangente, o impasse desaparece, restando apenas o aspecto decisório dada à limitação dos recursos. Poderíamos simplesmente ratear nossa dotação proporcionalmente ao solicitado, sem discriminação. Mas não fazemos mais isso.

Quais são os atuais planos da Comissão?

Como as funções da CAC têm agora um perfil mais definido, seu papel está mais claro para a comunidade. Há escolas que mantêm comissões culturais locais, que têm interagido positivamente conosco e que são de grande valia para o sucesso dos eventos. Outra consequência da atuação mais direcionada da CAC foi a maior divulgação da produção artístico-cultural do IAP pelo interior, permitindo integração entre seus diversos grupos artísticos e o restante da Universidade. Essas frentes serão todas mantidas e estimuladas.

Por outro lado, procurando acomodar a diversidade e o grande volume de solicitações, encontra-se em estudo um processo de redefinição da atuação da CAC. Iniciamos contatos com a FUNDUNESP e com a Chefia de Gabinete, visando colher subsídios para elaboração de uma proposta que atenda ao diversificado leque de pedidos provenientes das Unidades. Houve bastante interesse e empenho da Chefia de Gabinete pela gestão da política cultural na UNESP. Assim, esperamos em breve submeter o texto-base à apreciação de todas as Unidades, para recebimento de críticas e sugestões.

Para quando está prevista a conclusão desse processo de reestruturação?

Pretendemos estar com a proposta concluída, até outubro deste ano, para implementação em 1989.

O que é

Estudar, estimular e promover, de maneira permanente, projetos voltados para o desenvolvimento das atividades de intercâmbio e difusão cultural na Universidade. São essas as finalidades da Comissão de Atividades Culturais (CAC), criada em 1983, através da Portaria nº 26, de 7 de fevereiro, posteriormente alterada pela Portaria nº 685, de 27 de novembro de 1985.

Funcionando diretamente subordinada ao Gabinete do Reitor, a CAC recebe anualmente dotação específica da Reitoria para realização de suas atividades.

A Comissão é composta por representantes da Câmara de Extensão de Serviços à Comunidade, da Reitoria, do corpo docente e técnico-administrativo. Integrada por Fernando Dagnoni Prado (IGCE-Rio Claro), como presidente; Ilma Santana Curti (ILCSE-Araraquara); Irineu de Moura (IAP-São Paulo); Jaciro Campante Patrício (FHDSS-Franca); Marco Antônio Picolo (ILCSE-Araraquara) e Maria Cecília Mattoso Ramos (FEFCSO-Marília), a CAC conta ainda com dois funcionários administrativos, Jairo Francisco de Moraes e Maria da Penha Gomes de Souza.

Atualmente, a CAC está instalada em São Paulo, à rua Senador Paulo Egídio, 72 — 6º andar.

IQ está mais voltado para a pesquisa básica

O Instituto de Química do Campus de Araraquara da UNESP nasceu a partir da extinção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras local, em 1976 — ano em que foi criada a Universidade. A origem do IQ, no entanto, remonta a 1960, quando começou a ser estruturado o Departamento de Química da FFCLA.

Dentro da política do Governo do Estado, na época, de expansão do ensino superior público e gratuito para o Interior — política essa responsável pelo surgimento da quase totalidade das Unidades da UNESP, então denominadas Institutos Isolados de Ensino Superior — a função daquele Departamento era a de instalar um curso de Química e, assim, promover a formação de professores para os cursos ginásial e científico. Por força de entraves burocráticos — entre os quais a transferência da capital da República do Rio de Janeiro para Brasília — o curso começou a funcionar somente em 1961. Estava criado o primeiro curso superior de Química de todo o interior de São Paulo.

A partir daí, a estrutura montada para a formação de professores de Química, bem como as idéias que nortearam os rumos do Departamento, não pararam de crescer e de se ampliar. Hoje a graduação do IQ é diversificada, os cursos de pós-graduação são bem conceituados e há um total de seis departamentos no Instituto.

Não há dúvidas de que o curso de Química de Araraquara cumpriu e continua cumprindo a sua missão inicial de formar professores para o segundo grau de ensino. O diretor do IQ, Waldemar Saffioti, lembra, no entanto, que muitos alunos diplomados das turmas iniciais contribuíram, já como docentes, para a implantação dos cursos de Química de Ribeirão Preto, da USP, e de São Carlos, tanto da USP quanto da Universidade Federal.

Já no ano seguinte ao da formatura da primeira turma, ou seja, em 1965, o então Departamento de Química esten-

deu seu curso para a formação de bacharéis e de profissionais químicos com habilitação tecnológica, atendendo demanda das indústrias nacionais e paulistas que, por sua vez, iniciavam a instalação de laboratórios para pesquisas próprias visando ao desenvolvimento de novos produtos.

Com o surgimento da UNESP, o recém-criado Instituto de Química absorveu não só professores de seu Departamento original mas também passou a abrigar vários docentes antes vinculados à Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Araraquara e à então Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu. Além de ministrar disciplinas básicas aos alunos de Farmácia e também de Odontologia, o IQ é responsável pelos cursos: Bacharelado em Química — formando profissionais capacitados para exercer atividades em instituições de pesquisa e na indústria química; Complementação Tecnológica — complementa o currículo do bacharel em Química com disciplinas específicas da área de Química Tecnológica; Licenciatura Plena em Química — formando professores para o ensino médio e superior. Em nível de pós-graduação, o curso de Química é oferecido em três áreas de concentração: Química Inorgânica (mestrado e doutorado), Química Analítica (mestrado e doutorado) e Físico-Química (mestrado). Até o presente foram defendidas 25 dissertações de mestrado em Química Inorgânica e uma dissertação de mestrado e duas teses de doutorado em Química Analítica.

A graduação tem duração mínima de quatro anos, com carga horária variando de 26 (no 1º semestre da 1ª série) a 36 horas-aula semanais. As matérias básicas são Química Geral, Química Analítica, Química Inorgânica, Química Orgânica, Bioquímica, Mineralogia, Física e Matemática. Um aspecto a ser ressaltado no currículo do bacharelado é a obrigatoriedade, ao final do curso, da realização de um trabalho de pesquisa em nível de

iniciação científica pelos alunos. Esses trabalhos, em geral de caráter inédito, são comumente apresentados em congressos científicos e ou destinados a publicação em periódicos especializados, segundo observa o professor Waldemar Saffioti.

O destino dos alunos formados tem sido motivo de observação constante pelos colegas do Instituto. Dos 111 graduados nos últimos cinco anos, 49 dirigiram-se para a indústria ou instituições de pesquisa, 13 para o ensino e 49 prosseguiram os estudos — através da pós-graduação tecnológica. Um acompanhamento mais prolongado mostra ainda que a maioria dos que optam pela continuação dos estudos dirige-se para a carreira universitária.

A execução de projetos de pesquisa do IQ tem sido possível graças a financiamentos da FAPESP, FINEP e CNPq e através de convênios com governos estrangeiros. E seu ponto forte não é ainda a pesquisa voltada para a área industrial uma vez que, pela própria natureza dos cursos ministrados, a maioria dos docentes está com as atenções voltadas para a pesquisa básica. Na opinião do professor Saffioti, existe um vácuo entre a universidade e a realidade tecnológica. Falta, na opinião do diretor, órgãos especializados na integração das pesquisas básicas desenvolvidas nas universidades e o setor produtivo. Novos horizontes para o ensino e a pesquisa do IQ serão abertos com a possível efetivação dos convênios da UNESP com Banco Interamericano de Desenvolvimento e com o governo do Japão, para os quais a Unidade apresentou vários projetos de investimentos.

O professor Saffioti observa que está havendo uma contínua melhoria no nível de formação dos alunos do Instituto, o que tem assegurado facilidades de ingresso no mercado de trabalho, tanto em se tratando do setor de ensino como nos órgãos de pesquisa oficiais e na indústria.

Diversos são os serviços para a comunidade

O Instituto de Química, além das inúmeras pesquisas básicas, já publicadas, ou em andamento, também realiza trabalhos de extensão de serviços à comunidade, que se consubstanciam nas seguintes atividades: cursos de Extensão Universitária — para reciclagem de professores do 2º grau; orientação técnica e científica à comunidade — análises de terra visando à melhoria da fertilidade, análise de calcário e de sais minerais (matérias-primas de indústria farmacêutico-veterinária); atendimento a instituições de ensino superior e de indústrias da região, através do fornecimento de espec-

tros nas regiões ultravioleta, visível e infravermelho próximo e distante; assessoria à indústria na síntese de compostos organometálicos, com aplicações em catálise, agricultura, síntese de polímeros, etc; difração de raios —X e microscopia eletrônica de varredura, a empresas públicas e privadas; estabelecimento de convênio com indústrias de São Paulo e de outros Estados do Brasil.

O IQ presta, no momento, significativa contribuição às usinas de álcool da região, na área de Bioquímica — das Fermentações. Seus laboratórios estão fornecendo linhagens de microorganismos

que produzem enzimas mais resistentes à temperatura e concentração alcoólica dos tanques de fermentação. Essas enzimas permitem às indústrias maior produção de álcool. Na área de Inorgânica, o IQ vem desenvolvendo pesquisas sobre catalizadores, importantes nos processos catalíticos da indústria petroquímica.

Outro setor que vem, também, apresentando trabalho voltado para o setor privado é o de materiais cerâmicos visando, entre outros objetivos, a melhoria das propriedades condutoras no transporte da energia das fontes até os terminais de consumo.



Nos laboratórios do Instituto, os alunos têm a prática necessária para a sua profissionalização. No destaque, o professor Saffioti

INSTITUTO DE QUÍMICA
Campus de Araraquara
Rua Professor Francisco Dégni, s/nº
Fone: (0162) 22-2380
14800 — Araraquara, SP

FUNCIONÁRIOS

Número total	220
--------------	-----

GRADUAÇÃO

CURSO	Nº DE ALUNOS
QUÍMICA	
Bacharelado em Química	169
Licenciatura Plena em Ciências com habilitação em Química	10
Complementação Tecnológica ao Bacharelado em Química	10
Total	189

PÓS-GRADUAÇÃO

Área de concentração		Nível/Alunos		Aluno Especial	
		M	D	M	D
QUÍMICA	Físico-Química	14	—	1	—
	Química Analítica	14	7	2	5
	Química Inorgânica	21	7	4	3
Total		49	14	7	8

DOCENTES

TITULAÇÃO/REGIME DE TRABALHO	RDIDP	RTC	RTP	TOTAL
Auxiliar de Ensino	6	—	—	6
Assistente	25	—	—	25
Assistente Doutor	33	2	—	35
Adjunto	6	—	—	6
Titular	5	—	—	5
Colaborador	1	1	—	2
Total	76	3	—	79

ESTRUTURAS DEPARTAMENTAIS

DEPARTAMENTOS/ÁREAS
BIOQUÍMICA Bioquímica
FÍSICO-QUÍMICA Físico-Química
QUÍMICA ANALÍTICA Química Analítica
QUÍMICA GERAL E INORGÂNICA Química Geral, Química Inorgânica
QUÍMICA ORGÂNICA Química Orgânica
QUÍMICA TECNOLÓGICA E DE APLICAÇÃO Geoquímica e Cristaloquímica, Tecnologia